

**EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 018/2024**

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, por intermédio de seu **Diretor Administrativo**, Sr. **Nelson Chagas** torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei n.º **13.303**, de 30 de junho de 2016; bem como pelas disposições dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º **123**, de 15 de dezembro de 2006 e alterações; e pelo **Regulamento Interno de Licitações e Contratos**, aprovado pelo Conselho de Administração da COCEL, na data de 28 de junho de 2018 e publicado no Diário Oficial de Campo Largo, na data de 29 de junho de 2018, realizará o presente procedimento licitatório, visando à **contratação de empresa para locação de servidor de FIREWALL**, em conformidade com as descrições e características constantes do ANEXO I do presente Edital de Licitação.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1** O Procedimento Licitatório será realizado em **sessão pública**, no **modo de disputa aberto**, por **meio de videoconferência**.

**1.2** A **sessão pública por videoconferência** será realizada através do convite recebido no e-mail cadastrado no credenciamento, com a seguinte mensagem **"junte-se a mim agora em minha sala presencial"**, devendo clicar em **Entrar na reunião**.

**1.3** O e-mail para envio do convite deverá ser encaminhado junto com o envelope das documentações de **CREDENCIAMENTO**.

**1.4** Os convites serão encaminhados na data de **04 de abril de 2024** às 08h50min, **por meio do e-mail cadastrado**, considerando a abertura da Sessão às 09:00 horas do dia 04/04/2024.

**1.5** Os documentos de habilitação dos vencedores serão digitalizados e encaminhados aos demais participantes para conferência da documentação, oportunizando-os efetuar eventual impugnação devendo manifestar-se se houver intenção de recurso durante a sessão virtual.

**1.6** Por fim, todos os participantes confirmarão por e-mail que foi oportunizada a conferência dos documentos dos vencedores, bem como deixam de assinar todas as folhas e ata em decorrência da impossibilidade do procedimento virtual, mas que atestam a lisura da licitação.

**1.7** Todos os documentos apresentados serão digitalizados e disponibilizados via internet, no sítio eletrônico da COCEL ([http://www.cocel.com.br/licitações/licitações/contratos\\_e\\_convênios](http://www.cocel.com.br/licitações/licitações/contratos_e_convênios)).

**1.8** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observado o interesse da COCEL, a finalidade e a segurança da contratação.

**LICITAÇÃO n.º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





**1.9** Os trabalhos serão conduzidos por empregado da COCEL, denominado Agente de Licitação, designado mediante Portaria expedida pela Diretoria Executiva, podendo ser auxiliado por equipe de apoio.

**1.10** O **valor estimado** do contrato a ser celebrado será **sigiloso**, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

**1.11** Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á do vencimento, sendo todos os prazos contados em dias úteis.

**1.12** Na hipótese de alteração do presente edital, será enviada comunicação a todas as empresas que retiraram o instrumento, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), bem como, divulgado no site da COCEL.

**1.13** Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes de Documentação Complementar e Propostas fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

**1.14** Declarada a abertura da Sessão de Disputa de Preços pelo Agente de Licitação, não mais serão admitidos novos proponentes.

**1.15** Limite para protocolar os envelopes de CREDENCIAMENTO, de PROPOSTA e de HABILITAÇÃO: até dia **03/04/2024** às **17h00min**, todos os interessados em participar do certame deverão protocolar os citados envelopes, na sede da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL.

**1.16 Abertura das Propostas: 09:00 horas do dia 04/04/2024.**

## **2. DO EDITAL**

**2.1** O edital desta licitação, aditamentos e esclarecimentos serão disponibilizados gratuitamente, no "site" [www.cocel.com.br](http://www.cocel.com.br), no "link" licitações.

**2.2** Constitui obrigação do proponente certificar-se periodicamente quanto à emissão de eventuais aditamentos e/ou esclarecimentos sobre este edital.

## **3. DO INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **04/04/2024**

HORA: **09:00 horas**

LOCAL: **Sessão por videoconferência** transmitida da sala de reuniões da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL na Rua Rui Barbosa, nº 520, Centro, Município de Campo Largo – PR, CEP 83601-140.

### **LICITAÇÃO n.º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



#### 4. DO OBJETO

**4.1** Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para locação de servidor FIREWALL, para a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, conforme indicado no Anexo I deste Edital.

**4.2** Os recursos destinados a esta **Licitação** estão previstos no Orçamento anual do exercício de 2024.

Item orçamentário
3540.08.013

#### 5. DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

**5.1** O(s) material(is), objeto desta **Licitação**, deverão ser entregue(s) em nossa **sede**, localizada na Rua Rui Barbosa, n.º 520, Centro – Campo Largo – PR, no horário das 7:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas.

#### 6. DA PARTICIPAÇÃO

**6.1** Somente poderão participar da presente Licitação as empresas regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

**6.2** Não poderão participar desta Licitação, as empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a União, Estado, Distrito Federal, Município ou por esta concessionária, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**6.3** Poderão participar do certame, todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições acima estabelecidas, bem como aquelas previstas para o credenciamento constantes deste Edital.

**6.4** Na presente Licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

**6.5** Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante para o mesmo lote.

**6.6** Quando o representante participar em diversos lotes e com empresas distintas, o mesmo deverá apresentar no credenciamento documento específico para participação, referenciando os lotes que cada empresa participará.

**6.7** Conforme determina o artigo 7º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela COCEL a empresa:

**I** - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da COCEL;

**II** - suspensa pela COCEL;

#### LICITAÇÃO n.º 018/2024

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
 R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
 CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





**III** - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pelo município de Campo Largo/PR, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

**IV** - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

**V** - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

**VI** - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

**VII** - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

**VIII** - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

**6.8** Aplica-se a vedação prevista no item 6.7:

**I** - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

**II** - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

**a)** diretor da COCEL;

**b)** empregado da COCEL cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

**c)** Prefeito Municipal de Campo Largo/PR.

**III** - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a COCEL há menos de 06 (seis) meses.

## **7. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**7.1** Conforme dispõe o artigo 47, § 1º do Regulamento de Licitações e Contratos da COCEL, qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação, protocolando o pedido até **05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação**, no endereço sede da concessionária (Rui Barbosa, nº 520, Centro, Município de Campo Largo – PR) ou através do email: [licitacoes@cocel.com.br](mailto:licitacoes@cocel.com.br), devendo a COCEL julgar e responder à impugnação, em até 03 (três) dias úteis.

**7.2** A impugnação feita tempestivamente não impedirá a licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

**7.3** Compete à autoridade competente signatária do instrumento convocatório decidir as impugnações interpostas.

**7.4** Se a impugnação for julgada procedente, a COCEL deverá:

**I** – Na hipótese de ilegalidade insanável, anular a licitação total ou parcialmente;

**II** – Na hipótese de defeitos sanáveis, corrigir o ato, devendo:





a) republicar o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original, devolvendo o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a participação de interessados no certame;

b) comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes que retiraram o edital.

**7.5** Se a impugnação for julgada improcedente, a COCEL deverá comunicar a decisão diretamente ao Impugnante, dando seguimento à licitação.

**7.6** As respostas dadas aos esclarecimentos serão comunicadas a todos os interessados e passam a integrar o instrumento convocatório na condição de anexo, disponibilizando-os, na Internet, no site [www.cocel.com.br](http://www.cocel.com.br).

## **8. DO CREDENCIAMENTO (ENVELOPE 01)**

**8.1** O **credenciamento para representação** é o procedimento voltado à identificação dos Licitantes e de seus representantes legais, quando aqueles forem pessoas jurídicas, por meio da comprovação da existência de poderes para a prática de todos os atos inerentes aos mais variados procedimentos praticados pela COCEL, em especial para a formulação de ofertas verbais por videoconferência e prática dos demais atos do certame.

**8.2** A sessão pública por videoconferência será realizada através do convite recebido no e-mail cadastrado no credenciamento, com a seguinte mensagem "*junte-se a mim agora em minha sala presencial*", devendo clicar em Entrar na reunião.

**8.3** Para exercer o direito de ofertar lances é obrigatória a participação da Licitante ou de seu representante, nas Sessões Públicas de videoconferência referentes à licitação.

**8.4** A Licitante deverá encaminhar a documentação para credenciamento junto ao **Agente de Licitação (via CORREIOS, TRANSPORTADORA ou PROTOCOLO NA SEDE DA COCEL)**, com apenas um Representante Legal ou através de Procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, **será o único admitido a intervir no procedimento licitatório**, no interesse da representada.

**8.5** Consideram-se aptos os documentos mencionados no artigo 2º da Lei nº 12.037/2009.

**8.6** O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

**I** - Se dirigente, proprietário, sócio, ou assemelhado da empresa Proponente deverá apresentar cópia do respectivo **estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, ou Inscrição de Firma Individual – FI ou Registro de Empresário-RE, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Obrigatória a apresentação de documento de identidade ou outro documento apto a tanto.

a) No caso de sociedade por ações, o documento referido deverá estar acompanhado da comprovação de eleição de seus administradores.

---

### **LICITAÇÃO n º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





**II** - Se representante legal, deverá apresentar **instrumento público ou particular de procuração, ou Termo de Credenciamento**, outorgado pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, **com a firma(s) reconhecida(s) ou com assinatura(s) com certificado(s) digital(is)**, na forma da Lei, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar razões de recurso, assinar Ata e praticar todos os demais atos inerentes ao certame. Nesta hipótese, deverá a procuração/termo de credenciamento estar acompanhada do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa. **Obrigatório o envio de documento de identidade ou outro documento apto a tanto.**

**8.7** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o Termo de Credenciamento/Procuração para o representante da empresa, **a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.**

**8.8** As microempresas ou empresas de pequeno porte para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14/12/2006, deverão comprovar sua condição através da apresentação de **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, a qual deverá ser encaminhado ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento descritos neste artigo.

**8.9** Efetuará a apresentação de **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (ANEXO II)**, a qual deverá ser encaminhado ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento.

**8.10** A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada em envelope devidamente identificado "DO CREDENCIAMENTO", contendo os documentos indicados no item 8.6, bem como as Declarações (DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO e a DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE).

**8.11** A não apresentação, incorreção do documento de credenciamento ou ausência do representante na Sessão de Videoconferência, não importará na desclassificação da sua proposta no presente certame, contudo, a proponente não poderá apresentar lances verbais, e nem fazer qualquer manifestação em nome da mesma na sessão de Licitação.

## **9. DOS ENVELOPES**

**9.1** Os envelopes com o **"CREDENCIAMENTO" "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO"**, deverão ser entregues ao Agente de Licitação da COCEL, até a data, e horário estabelecidos no item **1.15** deste Edital, fechados por cola ou lacre, com as seguintes indicações:



**ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:**

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End.: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR – CEP 83601-140

**LICITAÇÃO n.º 018/2024****Data de abertura: 04/04/2024****Horário de abertura: 09:00 horas**

Proponente:

CNPJ Nº:

**E-mail para envio do link videoconferência:****ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS:**

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End.: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR – CEP 83601-140

**LICITAÇÃO n.º 018/2024****Data de abertura: 04/04/2024****Horário de abertura: 09:00 horas**

Proponente:

CNPJ Nº:

**ENVELOPE Nº 03 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End.: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR – CEP 83601-140

**LICITAÇÃO n.º 018/2024****Data de abertura: 04/04/2024****Horário de abertura: 09:00 horas**

Proponente:

CNPJ Nº:

**10. DO PREÇO MÁXIMO**

**10.1** Após a conclusão da etapa de lances, o preço final equalizado por lote, com todos os tributos inclusos (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ICMS-ST relativo ao DIFAL), não poderá ultrapassar o preço final ofertado.

**10.2** Os proponentes deverão levar em conta para elaboração de suas propostas os fatores a seguir:

**10.2.1** Toda a legislação aplicável e todas as condições previstas neste Edital e seus anexos.

**10.2.2** O preço total equalizado se constituirá do valor do material com todos os tributos inclusos, nos termos da legislação específica.

**LICITAÇÃO n.º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00







**I** – A fórmula a ser utilizada para obtenção do preço equalizado, quando o Estado de destino da mercadoria/produto for o Paraná, é a seguinte:

$$X = (W + K - Y) / ((100-Z)/100)$$

Onde: X = Preço Equalizado (base de cálculo)

W = Preço do Produto (contido o ICMS do Estado de origem)

K = Valor do IPI

Y = Valor do ICMS do Estado de origem

Z = Alíquota interna do produto no Estado de Destino.

**II** - Opcionalmente pode ser aplicado diretamente sobre o valor do produto acrescido do IPI (quando incidente), fatores como os demonstrados abaixo, que são exemplificativos:

Alíquota Interestadual	Alíquota Interna	Fator
12%	19,5%	1,09316770186335
4%	19,5%	1,19254658385093
4%	12%	1,09090909090909
12%	25%	1,17333333333333
4%	7%	1,03225806451613
12%	12%	1,06429629629630

**10.2.3** O valor do ICMS substituição tributária relativo ao diferencial de alíquota, a ser recolhido ao estado de destino, o qual compõe o valor total da nota fiscal, deve ser destacado no campo próprio da nota fiscal eletrônica (modelo 55) e ser resultante da aplicação da alíquota do estado de destino sobre a respectiva base de cálculo, cuja formação é tratada na sequência, sendo deduzido desse resultado o valor do ICMS do estado de origem.

**10.2.4** Para o cálculo do preço com IPI, quando aplicável, o proponente deve considerar a COCEL como consumidor final, ou seja, o IPI integra a base de cálculo do ICMS.

**10.2.5** Independente de o fornecedor ser optante pelo regime SIMPLES ou não, para cálculo do preço equalizado conforme prevê legislação tributária, deve-se considerar a alíquota interestadual e a alíquota interna como se a empresa não fosse optante pelo SIMPLES.

## 11. EQUALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

O proponente deverá ofertar lances com o valor total equalizado do lote, e no Anexo proposta, preencher o campo “Preço Unitário Proposto Equalizado”, com todos os tributos inclusos, inclusive o Diferencial de Alíquota de ICMS (DIFAL), se aplicável, para a mercadoria, pelo Regulamento do ICMS-PR - RICMS/PR, aprovado pelo Decreto nº 7.871/2017.

### LICITAÇÃO n.º 018/2024

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00







**11.1** O proponente que gozar de algum benefício concedido pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, deverá apresentar documentos que comprovem tal situação.

**11.2** O proponente arrematante, que ofertar produtos com classificações na NCM relacionadas em lista sujeita ao Regime de Substituição Tributária, de acordo com o RICMS/PR, quando do envio de sua proposta de preço e tabela tributária, deverá indicar em destaque, a respectiva classificação fiscal e a sua forma de tributação, bem como o dispositivo legal.

**11.3** Para situações onde haja enquadramento no regime de Substituição Tributária – ST, no caso de signatário de Convênio ou Protocolo, o recolhimento do diferencial de alíquota do imposto para o Estado do Paraná será de responsabilidade do substituto tributário.

**11.4** As ME, EPP e MEI, independente das obrigações relativas ao Regime Simples Nacional, nas operações interestaduais destinadas ao uso e consumo ou ativo permanente, estarão sujeitas ao ICMS devido pelo regime de substituição tributária e também aos Protocolos/Convênios de ICMS das mercadorias constantes em lista classificada por Nomenclatura Comum do Mercosul/Sistema Harmonizado - NCM/SH (inciso XIII do §1º do art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006 e inciso XIV do art. 7º juntamente com o Anexo IX do RICMS-PR).

**11.5** Dessa forma, as proponentes enquadradas no regime do Simples Nacional e/ou como MEI, em relação à proposta apresentada para o julgamento, também estarão sujeitas à equalização do preço global, em relação ao DIFAL, se aplicável, tomando por base as alíquotas internas do produto e considerando as alíquotas interestaduais conforme o caso.

**11.6** Se não houver previsão de substituição tributária relativa ao DIFAL no preço proposto equalizado, o valor do ICMS-DIFAL será subtraído do valor da proposta para firmar o contrato, inclusive para as proponentes enquadradas no regime do Simples Nacional conforme o item anterior, uma vez que o recolhimento do DIFAL caberá à COCEL.

## **12. DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE N.º 2)**

**12.1** O envelope “PROPOSTA DE PREÇO” deverá conter a proposta da proponente, a qual deverá ser apresentada conforme modelo de proposta (Anexo VI), observando-se as seguintes disposições:

**a)** Ser apresentada em uma via, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado do proponente ou identificada com o n.º do **CNPJ**, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo suas folhas ser numeradas e rubricadas e a última assinada por seu representante legal;

**b)** O preço proposto deverá ser expressos em Real (R\$), em algarismos e por extenso, devendo ser apresentado o valor mensal e o valor total, não se admitindo cotação em moeda estrangeira;





- c)** No preço proposto e nos lances que oferecer, já deverá estar incluído todos os custos necessários para o fornecimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, ICMS substituição, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;
- d)** Ser acompanhada de documentos técnicos (folders, encartes, folhetos técnicos, catálogos, manuais e/ou outros materiais técnicos oficiais que se façam necessários dos equipamentos de Impressão ofertados, para comprovação das características requeridas), em língua portuguesa, ou quaisquer outros elementos necessários ao bom e rápido esclarecimento da proposta, objeto deste Edital;
- e)** Conter prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da abertura da referida proposta;
- f)** Conter prazo de entrega de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato ou da ordem de compra/ordem de serviço;
- g)** Conter prazo de pagamento dos serviços mensal até o 8º (oitavo) dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço e da entrega da Nota Fiscal na sede da COCEL;
- h)** Caso a mercadoria ofertada tenha algum benefício tributário correspondente à base de cálculo reduzida para apuração do imposto Estadual, ou a alíquota reduzida, deverá constar na proposta financeira a indicação da base legal e o percentual em questão;

**12.2** Apenas para efeito de ordenamento de valores das propostas, ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

**12.3** O preço inicial proposto serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

### **13. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 3)**

**13.1** Do **envelope n.º 03 – “DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO”**, deverão constar os seguintes documentos, válidos na data de abertura desta licitação:

#### **13.1.1** Para comprovação da **habilitação jurídica**:

- I** - Cédula de Identidade e prova de inscrição no CPF – Cadastro de Pessoa Física, no caso de licitante pessoa física;
- II** – Prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- III** – Registro Comercial, no caso de empresa individual (Empresário);
- IV** - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais (Sociedade Empresária), acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;

---

#### **LICITAÇÃO n.º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





**V** - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis (Sociedade Simples), acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**VI** - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**VII** - Documentos (RG e CPF) dos sócios administradores.

**§1º** A documentação requerida relativa à habilitação jurídica, salvo a exigida nos incisos I, II e III, pode ser substituída pela Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, para firmas individuais (Empresário) ou sociedades mercantis (Sociedade empresária), ou Certidão em breve relatório expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas para Sociedades Civis.

**§2º** A documentação apresentada na fase do credenciamento, no subitem **8.6**, é dispensada da apresentação **em duplicidade** no envelope de documentação.

**§3º** O Objeto Social especificado nos documentos acima, determina a participação da Empresa nas licitações promovidas pela COCEL, devendo ser totalmente compatível com o objeto licitado.

#### **13.1.2 Para comprovação da regularidade fiscal:**

**I** – Prova de regularidade com o **INSS**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

**II** – Prova de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), e

**III** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

#### **13.1.3 Para comprovação da qualificação técnica:**

**I** - Pelo menos um atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, explicitando o serviço prestado ou o fornecimento realizado, de acordo com o objeto da presente licitação, bem como o nome, endereço, telefone e fax do atestante, **acompanhado da Nota Fiscal ou Contrato**.

**II** - Comprovar a instalação e fornecimento de no mínimo 01 (um) equipamento de Firewall do mesmo porte (throughput) do solicitado neste edital;

**III** - Declaração indicando o engenheiro ou arquiteto que atuará como responsável técnico pela execução dos serviços contratados, acompanhado de prova de o profissional pertencer ao quadro permanente de funcionários da empresa (comprovação através de apresentação de contrato social, no caso de sócio; cópia da carteira de trabalho ou contrato particular de





prestação de serviço; prova de sua eleição como Diretor(a) da proponente; ou Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA onde conste como responsável técnico);

**IV** - A licitante deverá comprovar que possui solução de Gerenciamento de Acesso Privilegiado (PAM), solução que permite fazer o compliance de todos os acessos administrativos efetuados nas ferramentas gerenciadas, permitindo que seja realizado a gravação de sessão de forma nativa e automática (sem a possibilidade de intervenção do usuário para interromper a gravação da tela), para permitir auditoria e consultas às ações realizadas pelo administrador:

- Comprovação feita através de: Apresentação de nota fiscal, vinculando a solução com a empresa, de aquisição da solução de PAM. "Teste de bancada" ou homologação, através da comprovação de integração da solução de PAM do licitante com as soluções gerenciadas da COCEL;

**V** - Apresentação de comprovação de que a empresa possui, em seu quadro funcional, no mínimo, 1 (um) profissional alocado no projeto de implantação do sistema com certificação PMP (Project Management Institute) ou MBA em Gestão de Projetos. As comprovações deverão ser realizadas por meio da apresentação de diplomas, atestados ou certificado.

**VI** - Deverá possuir pelo menos, 2 (dois) profissionais com certificações em soluções técnicas de segurança da informação dos principais fabricantes do Gartner, como por exemplo: Fortinet NSE7, Cisco CCNP Security, Cisco CCIE Security, Palo Alto PCNSE. As comprovações deverão ser realizadas por meio da apresentação de diplomas, atestados ou certificados.

**VII** - Deverá possuir pelo menos, 1 (um) profissional com certificações em soluções de Switches dos principais fabricantes do Gartner, como por exemplo: Aruba ACSP, Cisco CCNP Routing & Switching, Juniper JNCIP-ENT. As comprovações deverão ser realizadas por meio da apresentação de diplomas, atestados ou certificados.

#### **13.1.4 Para a comprovação da qualificação econômica e financeira:**

**I** - Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

**II** - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

**§1º** Quanto às demonstrações contábeis, entende-se que estas serão "apresentadas na forma da Lei" nas seguintes situações e condições:

**I** - As Demonstrações Contábeis devem conter o Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado;





**II** - As empresas que publicam suas Demonstrações Contábeis na Imprensa Oficial poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;

**III** - As empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital, tais como: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital e o Recibo de entrega do livro digital;

**IV** - As empresas constituídas no Exercício em curso deverão enviar cópia do último Balancete de Verificação, devidamente assinado pelo Profissional Contábil e Representante Legal da Empresa;

**V** - Até 30 de abril serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória à apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;

**VI** - Para as empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), fica prorrogado até o dia 30 de junho aceitabilidade das Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado;

**VII** - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa.

**§2º** As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresas constituídas no exercício em curso.

**§3º** Para microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES, a exigência pertinente a balanço patrimonial será atendida mediante a apresentação do resumo de suas demonstrações contábeis.

**§4º** A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

## **13.2 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO**

**13.2.1** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, mediante cópia autenticada por cartório competente ou por empregado da COCEL, membro da Comissão de Licitação, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor.

**13.2.2** Somente os documentos de comprovação de habilitação jurídica (**13.1.1**), regularidade fiscal (**13.1.2**) e qualificação econômica e financeira (**13.1.4**) poderão ser substituídos, total ou parcialmente, pela apresentação do **Certificado de Registro**

---

### **LICITAÇÃO n.º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





**Cadastral – CRC da COCEL, desde que apresentado dentro do envelope de Habilitação.**

**13.2.3** Os proponentes ficam obrigados a apresentar, na fase de habilitação do procedimento licitatório, os documentos válidos em substituição àqueles que estejam vencidos e que deram origem à emissão do Certificado de Registro Cadastral da COCEL (CRC), e os documentos de comprovação de comprovação da qualificação técnica **(13.1.3)**.

**13.2.4** Constatada a ausência de algum documento de regularidade indicado no item regularidade fiscal **(13.1.2)**, a **COCEL** poderá juntar o documento faltante ao processo, desde que ele possa ser emitido via internet e sem ônus para a **COCEL**, devendo-se registrar em ata a ocorrência.

**13.2.5** As certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária, desde que assim instituídas pelo órgão emissor, poderão ser emitidas pela internet, sendo válidas independentemente de assinatura ou chancela de servidor dos órgãos emissores, mas sujeito a verificação da autenticidade pela rede de comunicação, perante o órgão emissor.

**13.2.6** A inabilitação da licitante importa a perda do direito de participar das fases seguintes.

**13.2.7** Para os documentos sem prazo de validade, será considerado o prazo de **60 (sessenta) dias** a partir da data de sua expedição, com exceção do CNPJ e da Certidão Simplificada cujos documentos consideramos validade indeterminada.

**13.2.8** Poderá ser solicitada a comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, mediante, dentre outros documentos, de cópia do respectivo contrato, endereço da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**13.2.9** As empresas que não apresentarem todos os documentos exigidos, ou apresentarem incompletos, incorretos, **serão consideradas inabilitadas**, salvo a exceção prevista no item 13.2.4 e que não seja possível diligência.

**13.2.10** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

**a)** Conforme dispõe o artigo 43 da LCP 123/06, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**b)** A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, assinatura do contrato ou revogar a licitação.



#### 14. DOS PROCEDIMENTOS DE ABERTURA DOS ENVELOPES

**14.1** Declarada aberta a **Sessão de Videoconferência** pelo Agente de Licitação, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início aos trabalhos da Licitação.

**14.2** Primeiramente serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, sendo verificada sua conformidade, de acordo com os requisitos estabelecidos neste Edital, **sendo desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.**

**14.3** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Licitação.

**14.4** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**14.5** Os documentos e propostas serão rubricados pelo Agente de Licitação e equipe de apoio, digitalizados e encaminhados aos demais participantes.

**14.6** Em havendo necessidade de diligência, a Comissão de Licitação poderá suspender a sessão para analisar os documentos e as propostas, marcando, na oportunidade, nova data e local a fim de dar prosseguimento aos trabalhos.

**14.7** O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder da Comissão Permanente de Licitação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do mesmo.

#### 15. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

**15.1** Considerando a adoção do modo de **disputa aberta**, as licitantes apresentarão **lances verbais públicos e sucessivos**, de forma individual, obedecendo à **sequência decrescente dos valores das propostas**, até a proclamação da vencedora.

**15.2** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, a ordem para determinação de oferta dos lances será definida pelo sistema.

**15.3** É vedada a oferta de lance intermediário e ou com vistas ao empate.

**15.4** Dada a palavra à Licitante, esta disporá de 05 (cinco) minutos para apresentar nova proposta.

**15.5 A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão da Licitante da disputa de lances**, e a manutenção do último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

**15.6 O encerramento da etapa competitiva** dar-se-á quando, convocadas pelo Agente de Licitação, **as Licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.**

**15.7** A disputa da **"Cota Principal"** precederá à da **"Cota Reservada"**.





**15.8** No caso da **"Cota Reservada"** restar frustrada ou deserta, o item/lote poderá ser adjudicado ao vencedor do item/lote da **"Cota Principal"**, ou, diante de sua recusa, ao(s) proponente(s) remanescente(s), mediante consulta, seguindo-se a ordem de classificação, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

**15.9** Se a mesma empresa vencer a **"Cota Reservada"** e a **"Cota Principal"**, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da **"Cota Principal"**, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada, bem como se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de quaisquer das cotas deverá ocorrer pelo preço da que tenha sido menor.

**15.10** Havendo a participação de ME, EPP ou MEI nas licitações ou lotes identificados como **"Cota Principal"** ou **"Ampla Participação"** no Edital, serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, garantindo-se, como critério de desempate, a preferência na contratação. A ausência de apresentação da Declaração de ME, EPP ou MEI implicará na renúncia aos benefícios da referida Lei.

**15.11** A COCEL reserva-se o direito de promover diligências, e, se constatado faturamento da ME, EPP ou MEI superior aos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, procederá a desclassificação do proponente, caso tenha auferido algum benefício decorrente do tratamento favorecido e privilegiado conferido pelas referidas normas legais, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**15.12** Será dado o direito de preferência para **MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, desde que seu último lance esteja no intervalo de **10% (dez por cento)** superior ao melhor preço, conforme determina o art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06.

**15.13** A Proponente não poderá desistir de lance já ofertado sujeitando-se às penalidades constantes neste Edital.

**15.14** Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, **será promovida a verificação de sua efetividade**, promovendo-se a desclassificação daquelas que:

- I** - contenham vícios insanáveis;
- II** - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- III** - apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- IV** - após esgotada a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;
- V** - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela COCEL;
- VI** - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.





**15.15** A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

**15.16** A COCEL poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso V do item 15.14.

## **16. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.**

**16.1** O critério de julgamento da presente licitação é o **MENOR PREÇO**.

## **17. DA NEGOCIAÇÃO E DA DECLARAÇÃO DE VENCEDORA**

**17.1** Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, **o Agente de Licitação deverá negociar condições mais vantajosas com quem a apresentou.**

**17.2** A negociação deverá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

**17.3** O Agente de Licitação poderá revelar nesta fase de negociação o valor do orçamento estimado.

**17.4** Se depois de adotada a providência referida no item anterior, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

**17.5** Sendo aceitável a proposta, será aberto o **Envelope nº 03** contendo a **"DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO"**, para confirmação das suas condições habilitatórias.

**17.6 Constatado o atendimento pleno das exigências do Edital, será declarada a Proponente vencedora do certame.**

**17.7** A proponente vencedora deverá apresentar, em até 03 (três) dias úteis após o comunicado de vencedora do certame, a PROPOSTA COMERCIAL redigida em português, assinada pelo seu representante legal, devidamente identificada, com os respectivos valores ajustados ao valor adjudicado (menor preço) na sessão pública de Licitação, em papel timbrado ou personalizado, contendo razão social completa do proponente, endereço, telefone e e-mail da empresa, através do e-mail [licitacoes@cocel.com.br](mailto:licitacoes@cocel.com.br), ou no seguinte endereço:

DIVISÃO DE LOGÍSTICA E COMPRAS  
COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL  
RUA RUI BARBOSA, Nº 520, CENTRO, CAMPO LARGO – PR

**17.8** Da Sessão lavrar-se-á Ata circunstanciada na qual serão registradas ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Agente de Licitação e pela equipe de apoio.

### **LICITAÇÃO n.º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





## **18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**18.1** Declarada a vencedora do certame, o Agente de Licitação efetuará a adjudicação do objeto a vencedora.

**18.2** Em havendo interposição de recurso, o ato de adjudicação deverá ser efetivado pelo Diretor Administrativo, na condição de autoridade competente.

**18.3** Estando o processo licitatório regularmente formado e desenvolvido, o Diretor Administrativo irá homologá-lo.

**18.4** A homologação do resultado implica a constituição de direito subjetivo líquido e certo relativo à celebração do contrato em favor do licitante adjudicatário, observados os termos e condições fixados no instrumento convocatório e em sua proposta ou lance.

## **19. DOS RECURSOS**

**19.1** O procedimento licitatório terá fase recursal única.

**19.2** Os licitantes poderão apresentar recurso **no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a habilitação**, o qual contemplará, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados na fase de julgamento das propostas de preço.

**19.3** A intimação dos atos referidos no item anterior será feita mediante publicação no site da COCEL, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo, bem como, realizada a comunicação direta aos licitantes, salvo se presentes os prepostos de todos os licitantes participantes do certame no ato em que foi adotada a decisão, caso em que a comunicação será lavrada em ata.

**19.4** O recurso que versar sobre habilitação/inabilitação ou sobre classificação/desclassificação de propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

**19.5** Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar **contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis**.

**19.6** Os autos deste processo permanecerão franqueados aos interessados.

**19.7** O recurso e as contrarrazões serão dirigidos ao Agente de Licitação que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, podendo reconsiderar ou não a decisão recorrida no prazo de 05 (cinco) dias úteis e, independentemente de sua decisão, fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devidamente informado, cabendo à autoridade superior proferir a decisão final no prazo de 05 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

**19.8** As decisões dos recursos interpostos deverão ser intimadas diretamente aos licitantes por meio eletrônico, além de serem publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo – PR, bem como, realizada a comunicação no site da COCEL.





**19.9** O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **20. DO CONTRATO**

**20.1** Será firmado contrato entre a COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL e a empresa vencedora, conforme minuta anexa a este Edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da intimação para assinatura do mesmo, relativo ao fornecimento do objeto deste Edital.

**20.2** Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para a presente licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

**20.3** Caso a empresa vencedora venha a desistir da assinatura do Contrato, no prazo estabelecido no item 20.1, a COCEL reserva-se no direito de aplicar, no que couber, as sanções previstas no artigo 207 do Regulamento de Licitações e Contratos da COCEL.

**20.4** É facultado à COCEL, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos:

**I** - convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório;

**II** - revogar a licitação.

**20.5** Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**20.6** No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar Instrumento Público ou Particular de Mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.

**20.7** O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**21.1** A Licitante que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Edital, ficará sujeita às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, respeitando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa.

## **22. DO RECEBIMENTO**

**22.1** A COCEL se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto entregue em desacordo com as especificações constantes do Anexo I deste Edital.

---

### **LICITAÇÃO n.º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





**22.2** A Contratada obriga-se em no máximo 07 (sete) dias, às suas expensas a substituir, no todo ou em parte o objeto desta licitação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega dos objetos desta licitação, salvo quanto o defeito for comprovadamente provocado por uso indevido ou inadequado, sob pena de sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, respeitando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**22.3** O recebimento será efetuado por empregado público desta concessionária, estando sujeito à conferência quantitativa e qualitativa na conformidade do objeto licitado para aceitação final.

## **23. DO PAGAMENTO, IMPOSTOS E DOS PRAZOS**

**23.1** O item, objeto da presente licitação, **deverá ser entregue e instalado no prazo de até 15 (quinze) dias**, a contar da data especificada no Contrato.

**23.2** O pagamento pela locação do objeto da presente licitação será realizado mensalmente, devendo a primeira parcela ser paga 30 (trinta) dias após a data de instalação do equipamento e as demais a partir do 30º (trigésimo) dia da data do primeiro pagamento, sendo o mesmo efetuado no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar da data de entrega das notas fiscais na sede da COCEL.

**23.3** O prazo de locação do objeto da presente licitação é de 60 (sessenta) meses a iniciar na data de assinatura do contrato.

**23.5** O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo constante da Proposta, bem como o indicado para consulta durante a fase de habilitação.

**23.6** Os itens a serem instalados estarão sujeitos à aceitação definitiva pela COCEL.

## **24. DO FRETE**

**24.1** O **Frete CIF** e o descarregamento dos materiais serão por conta da empresa contratada.

## **25. DA INDICAÇÃO DO AGENTE DE LICITAÇÃO**

**25.1** O **Agente de Licitação** responsável pela presente Licitação será a Sra. **Ana Laura Lagner**, designada pela Portaria n.º 001/2024, de 02/01/2024.

**25.2** Na ausência do Agente de Licitação responsável, a presente Licitação será conduzida e julgada por um dos empregados públicos designados pela Portaria **n.º 001/2024**, de 02/01/2024.

## **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**26.1** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, serão partes integrantes do instrumento contratual, independentemente de transcrição.

---

### **LICITAÇÃO n.º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



**26.2** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**26.3** Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação exigida pelo presente Edital, cujo desconhecimento não poderá alegar.

**26.4** A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**26.5** O Diretor Presidente da COCEL poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**26.6** Os recursos ou impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

**26.7** É facultado à Comissão de Licitação e ao Agente de Licitação, em qualquer fase do certame, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

**26.8** A Comissão de Licitação e o Agente de Licitação poderão conceder aos Licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para a juntada posterior de documentos cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta.

**26.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Licitação.

**26.10** As normas que disciplinam esta Licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segurança jurídica da contratação.

**26.11** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**26.12** Para as proponentes que se enquadram na Lei Complementar nº 123/2006, como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, será observado o regime diferenciado em conformidade com os artigos 42 a 49 do referido diploma legal.

**26.13** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da COCEL, especialmente designado pelo Diretor Presidente.

**26.14** A fiscalização será exercida no interesse da COCEL e não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades,



e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

**26.15** A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário sobre o objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

**26.16** Será competente o Foro da Comarca de Campo Largo - PR, para solução das questões oriundas do presente Edital.

**26.17** Aos casos omissos aplicam-se as demais disposições da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

## **27. DA PUBLICIDADE**

**27.1** O Aviso deste Edital e os demais atos relativos à publicidade do certame, conforme o caso, serão publicados no site da COCEL – [www.cocel.com.br](http://www.cocel.com.br).

## **28. DAS INFORMAÇÕES**

**28.1** Divisão de Logística e Compras – Sede da COCEL – Rua Rui Barbosa, nº 520, Campo Largo – PR, fone (41) 3032-9214, 3032-9222 ou 3032-9244, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00; no site da COCEL – [www.cocel.com.br](http://www.cocel.com.br); ou através do email: [licitacoes@cocel.com.br](mailto:licitacoes@cocel.com.br).

Campo Largo, 11 de março de 2024.

**NELSON CHAGAS**

**Diretor Administrativo**

## **ANEXOS:**

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – Modelo de Declaração de Idoneidade, de cumprimento dos requisitos de habilitação, e de inexistência de fato impeditivo;
- **Anexo III** - Modelo de Procuração de representante legal para credenciamento;
- **Anexo IV** - Declaração de Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte;
- **Anexo V** – Modelo para apresentação da Proposta;
- **Anexo VI** - Minuta do Contrato Estatal;
- **Anexo VII** – Modelo da Ordem de Compra de Materiais/Ordem de Serviços.

---

### **LICITAÇÃO n.º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto do **Edital de Licitação n.º 018/2024**, a **contratação de empresa para locação de servidor de FIREWALL**, o qual deverá apresentar, obrigatoriamente, as especificações abaixo descritas:

**ITEM ÚNICO – SERVIDOR DE FIREWALL – 1 (uma) unidade – Locação por 60 meses.**

#### **1.DESCRITIVO TÉCNICO**

##### **1.1.INFORMAÇÕES GERAIS**

**1.1.1.**Abaixo serão detalhadas as especificações técnicas mínimas do equipamento a ser implementado;

**1.1.2.**O projeto deverá contemplar serviço de instalação, configuração e treinamento de toda a solução;

**1.1.3.**Todas as soluções deverão ser fornecidas com 60 meses de garantia pelos fabricantes, na modalidade NBD (Next Business Day);

##### **1.2.– FIREWALL CONCENTRADOR DE REDE**

**1.2.1.**O Firewall deverá suportar e estar licenciado pelo período do contrato para o uso das diversas ferramentas de segurança incluídas em um Next Generation Firewall, como Antivírus, IPS, Filtragem Web, Controle de Aplicações, Proteção contra Botnets, Proteção contra Malwares Avançados e Antispam de Gateway.

**1.2.2.**O equipamento deverá ser fornecido com licenciamento para habilitar todas as funcionalidades descritas neste Termo de Referência por 60 meses;

##### **1.2.3.CARACTERÍSTICAS DE HARDWARE:**

**1.2.3.1.**Deve suportar, no mínimo, 20 Gbps com a funcionalidade de firewall habilitada para tráfego IPv4 e IPv6, considerando pacotes de 1518 bytes.

**1.2.3.2.**Deve suportar, no mínimo, 2.4 Gbps de throughput IPS

**1.2.3.3.**Deve suportar, no mínimo, 11 Gbps de throughput de VPN IPSec

**1.2.3.4.**Deve suportar, no mínimo, 1 Gbps de throughput de VPN SSL

**1.2.3.5.**Deve suportar, no mínimo, 1 Gbps de throughput de Inspeção SSL

**1.2.3.6.**Deve suportar, no mínimo, 2 Gbps de throughput de Controle de Aplicação

**1.2.3.7.**Deve suportar, no mínimo, 1 Gbps de throughput com as seguintes funcionalidades habilitadas simultaneamente, para todas as assinaturas que a plataforma de segurança possuir devidamente ativadas e atuantes: firewall, controle de aplicação, IPS e antimalware.

**1.2.3.8.**Suporte a, no mínimo, 1.4 milhões de conexões simultâneas

**1.2.3.9.**Suporte a, no mínimo, 50 mil novas conexões por segundo

---

#### LICITAÇÃO n.º 018/2024

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





**1.2.3.10.** Estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, 2.000 túneis de VPN IPSEC Site-to-Site simultâneos

**1.2.3.11.** Estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, 15 mil túneis de clientes VPN IPSEC simultâneos

**1.2.3.12.** Estar licenciado para, ou suportar sem o uso de licença, 500 clientes de VPN SSL simultâneos

**1.2.3.13.** Permitir gerenciar ao menos 64 Access Points do mesmo fabricante

**1.2.3.14.** Possuir ao menos 14 interfaces 1Gbps RJ45

**1.2.3.15.** Possuir ao menos 4 interfaces 1Gbps SFP

**1.2.3.16.** Possuir ao menos 1 interface 1Gbps RJ45 dedicadas à gerenciamento

**1.2.3.17.** Possuir ao menos 2 interfaces 10Gbps SFP+

**1.2.3.18.** Estar licenciado e/ou ter incluído sem custo adicional, no mínimo, 10 sistemas virtuais lógicos (Contextos) por appliance

**1.2.3.19.** Possuir fonte de alimentação 100-240V AC interna redundante

**1.2.3.20.** Possuir no máximo 1 RU de altura

#### **1.2.4. CARACTERÍSTICAS GERAIS:**

**1.2.4.1.** A solução deve consistir em plataforma de proteção de rede baseada em appliance com funcionalidades de Next Generation Firewall (NGFW), e console de gerência e monitoração;

**1.2.4.2.** Por funcionalidades de NGFW entende-se: reconhecimento de aplicações, prevenção de ameaças, identificação de usuários e controle granular de permissões;

**1.2.4.3.** As funcionalidades de proteção de rede que compõe a plataforma de segurança, podem funcionar em múltiplos appliances desde que obedeçam a todos os requisitos desta especificação;

**1.2.4.4.** A plataforma deve ser otimizada para análise de conteúdo de aplicações em camada 7;

**1.2.4.5.** Todos os equipamentos fornecidos devem ser próprios para montagem em rack 19", incluindo kit tipo trilho para adaptação se necessário e cabos de alimentação;

**1.2.4.6.** A gestão do equipamento deve ser compatível através da interface de gestão Web no mesmo dispositivo de proteção da rede;

**1.2.4.7.** Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a 4094 VLAN Tags 802.1q;

**1.2.4.8.** Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a agregação de links 802.3ad e LACP;

**1.2.4.9.** Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a Policy based routing ou policy based forwarding;

---

#### **LICITAÇÃO n.º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





- 1.2.4.10.** Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a roteamento multicast (PIM-SM e PIM-DM);
- 1.2.4.11.** Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a DHCP Relay;
- 1.2.4.12.** Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a DHCP Server;
- 1.2.4.13.** Os dispositivos de proteção de rede devem suportar sFlow;
- 1.2.4.14.** Os dispositivos de proteção de rede devem possuir suporte a Jumbo Frames;
- 1.2.4.15.** Os dispositivos de proteção de rede devem suportar sub-interfaces ethernet logicas;
- 1.2.4.16.** Deve suportar NAT dinâmico (Many-to-1);
- 1.2.4.17.** Deve suportar NAT dinâmico (Many-to-Many);
- 1.2.4.18.** Deve suportar NAT estático (1-to-1);
- 1.2.4.19.** Deve suportar NAT estático (Many-to-Many);
- 1.2.4.20.** Deve suportar NAT estático bidirecional 1-to-1;
- 1.2.4.21.** Deve suportar Tradução de porta (PAT);
- 1.2.4.22.** Deve suportar NAT de Origem;
- 1.2.4.23.** Deve suportar NAT de Destino;
- 1.2.4.24.** Deve suportar NAT de Origem e NAT de Destino simultaneamente;
- 1.2.4.25.** Deve poder combinar NAT de origem e NAT de destino na mesma politica
- 1.2.4.26.** Deve implementar Network Prefix Translation (NPTv6) ou NAT66, prevenindo problemas de roteamento assimétrico;
- 1.2.4.27.** Deve suportar NAT64 e NAT46;
- 1.2.4.28.** Deve implementar o protocolo ECMP;
- 1.2.4.29.** Deve permitir monitorar via SNMP falhas de hardware, uso de recursos por número elevado de sessões, conexões por segundo, número de túneis estabelecidos na VPN, CPU, memória, status do cluster, ataques e estatísticas de uso das interfaces de rede;
- 1.2.4.30.** Enviar log para sistemas de monitoração externos, simultaneamente;
- 1.2.4.31.** Deve haver a opção de enviar logs para os sistemas de monitoração externos via protocolo TCP e SSL;
- 1.2.4.32.** Proteção anti-spoofing;
- 1.2.4.33.** Suportar otimização do tráfego entre dois equipamentos;
- 1.2.4.34.** Para IPv4, deve suportar roteamento estático e dinâmico (RIPv2, BGP e OSPFv2);
- 1.2.4.35.** Para IPv6, deve suportar roteamento estático e dinâmico (RIPng, OSPFv3, BGP4+);
- 1.2.4.36.** Suportar OSPF graceful restart;
- 1.2.4.37.** Deve suportar Modo Sniffer, para inspeção via porta espelhada do tráfego de dados da rede;



- 1.2.4.38.** Deve suportar Modo Camada – 2 (L2), para inspeção de dados em linha e visibilidade do tráfego;
- 1.2.4.39.** Deve suportar Modo Camada – 3 (L3), para inspeção de dados em linha e visibilidade do tráfego;
- 1.2.4.40.** Deve suportar Modo misto de trabalho Sniffer, L2 e L3 em diferentes interfaces físicas;
- 1.2.4.41.** Suporte a configuração de alta disponibilidade Ativo/Passivo e Ativo/Ativo: Em modo transparente;
- 1.2.4.42.** Suporte a configuração de alta disponibilidade Ativo/Passivo e Ativo/Ativo: Em layer 3;
- 1.2.4.43.** Suporte a configuração de alta disponibilidade Ativo/Passivo e Ativo/Ativo: Em layer 3 e com no mínimo 3 equipamentos no cluster;
- 1.2.4.44.** A configuração em alta disponibilidade deve sincronizar: Sessões;
- 1.2.4.45.** A configuração em alta disponibilidade deve sincronizar: Configurações, incluindo, mas não limitado as políticas de Firewall, NAT, QOS e objetos de rede;
- 1.2.4.46.** A configuração em alta disponibilidade deve sincronizar: Associações de Segurança das VPNs;
- 1.2.4.47.** A configuração em alta disponibilidade deve sincronizar: Tabelas FIB;
- 1.2.4.48.** O HA (modo de Alta-Disponibilidade) deve possibilitar monitoração de falha de link;
- 1.2.4.49.** Deve possuir suporte a criação de sistemas virtuais no mesmo appliance;
- 1.2.4.50.** Em alta disponibilidade, deve ser possível o uso de clusters virtuais, seja ativo-ativo ou ativo-passivo, permitindo a distribuição de carga entre diferentes contextos;
- 1.2.4.51.** Deve permitir a criação de administradores independentes, para cada um dos sistemas virtuais existentes, de maneira a possibilitar a criação de contextos virtuais que podem ser administrados por equipes distintas;
- 1.2.4.52.** O gerenciamento da solução deve suportar acesso via SSH e interface WEB (HTTPS), incluindo, mas não limitado à, exportar configuração dos sistemas virtuais (contextos) por ambas interfaces;
- 1.2.4.53.** Controle, inspeção e descriptografia de SSL para tráfego de entrada (Inbound) e Saída (Outbound), sendo que deve suportar o controle dos certificados individualmente dentro de cada sistema virtual, ou seja, isolamento das operações de adição, remoção e utilização dos certificados diretamente nos sistemas virtuais (contextos);
- 1.2.4.54.** A solução deve identificar potenciais vulnerabilidades e destacar as melhores práticas que poderiam ser usadas para melhorar a segurança e o desempenho geral de uma rede;



**1.2.4.55.**O console de administração deve suportar pelo menos inglês, espanhol e português.

**1.2.4.56.**O console deve suportar o gerenciamento de switches e pontos de acesso wireless para melhorar o nível de segurança

**1.2.4.57.**A solução deve oferecer suporte à integração nativa de equipamentos de proteção de email, firewall de aplicativos, proxy, cache e ameaças avançadas.

**1.2.4.58.**Deverá ser comprovado que a solução ofertada foi aprovada no conjunto de critérios de avaliação contido nos testes da NSS Labs, da ICSA Labs, ou por meio de certificação similar, que cumpra a mesma finalidade ou que ateste as mesmas funcionalidades.

#### **1.2.5.CONTROLES POR POLÍTICA DE FIREWALL:**

**1.2.5.1.**Deverá suportar controles por zona de segurança;

**1.2.5.2.**Controles de políticas por porta e protocolo;

**1.2.5.3.**Controle de políticas por aplicações, grupos estáticos de aplicações, grupos dinâmicos de aplicações (baseados em características e comportamento das aplicações) e categorias de aplicações;

**1.2.5.4.**Controle de políticas por usuários, grupos de usuários, IPs, redes e zonas de segurança;

**1.2.5.5.**Firewall deve ser capaz de aplicar a inspeção UTM (Application Control e Webfiltering no mínimo) diretamente às políticas de segurança versus via perfis;

**1.2.5.6.**Além dos endereços e serviços de destino, objetos de serviços de Internet devem poder ser adicionados directamente às políticas de firewall;

**1.2.5.7.**Ele deve suportar a automação de situações como detecção de equipamentos comprometidos, status do sistema, alterações de configuração, eventos específicos e aplicar uma ação que pode ser notificação, bloqueio de um computador, execução de scripts ou funções em nuvem pública.

**1.2.5.8.**Deve suportar o padrão de indústria 'syslog' protocol para armazenamento usando o formato Common Event Format (CEF);

**1.2.5.9.**Deve haver uma maneira de assegurar que o armazenamento dos logs em tempo real não superam a velocidade de upload;

**1.2.5.10.**Deve suportar o protocolo padrão da indústria VXLAN;

**1.2.5.11.**Deve suportar objetos de endereço IPv4 e IPv6, consolidados na mesma regra/política de firewall

**1.2.5.12.**Deve possuir base com objetos de endereço IP, de serviços da internet como Google e Office 365, atualizados dinamicamente pela solução

**1.2.5.13.**A solução deve oferecer suporte à integração nativa com a solução de sandbox, proteção de email, cache e firewall de aplicativos da Web.

---

#### **LICITAÇÃO n.º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





### **1.2.6.CONTROLE DE APLICAÇÕES:**

**1.2.6.1.**Os dispositivos de proteção de rede deverão possuir a capacidade de reconhecer aplicações, independente de porta e protocolo;

**1.2.6.2.**Reconhecer pelo menos 1700 aplicações diferentes, incluindo, mas não limitado a: tráfego relacionado a peer-to-peer, redes sociais, acesso remoto, update de software, protocolos de rede, voip, áudio, vídeo, proxy, mensageiros instantâneos, compartilhamento de arquivos, e-mail;

**1.2.6.3.**Reconhecer pelo menos as seguintes aplicações: bittorrent, gnutella, skype, facebook, linked-in, twitter, citrix, logmein, teamviewer, ms-rdp, vnc, gmail, youtube, http-proxy, http-tunnel, facebook chat, gmail chat, whatsapp, 4shared, dropbox, google drive, skydrive, db2, mysql, oracle, active directory, kerberos, ldap, radius, itunes, dhcp, ftp, dns, wins, msrpc, ntp, snmp, rpc over http, gotomeeting, webex, evernote, google-docs;

**1.2.6.4.**Identificar o uso de táticas evasivas, ou seja, deve ter a capacidade de visualizar e controlar as aplicações e os ataques que utilizam táticas evasivas via comunicações criptografadas, tais como Skype e utilização da rede Tor;

**1.2.6.5.**Para tráfego criptografado SSL, deve de-criptografar pacotes a fim de possibilitar a leitura de payload para checagem de assinaturas de aplicações conhecidas pelo fabricante;

**1.2.6.6.**Identificar o uso de táticas evasivas via comunicações criptografadas;

**1.2.6.7.**Atualizar a base de assinaturas de aplicações automaticamente;

**1.2.6.8.**Limitar a banda (download/upload) usada por aplicações (traffic shaping), baseado no IP de origem, usuários e grupos;

**1.2.6.9.**Para manter a segurança da rede eficiente, deve suportar o controle sobre aplicações desconhecidas e não somente sobre aplicações conhecidas;

**1.2.6.10.**Permitir nativamente a criação de assinaturas personalizadas para reconhecimento de aplicações proprietárias na própria interface gráfica da solução, sem a necessidade de ação do fabricante;

**1.2.6.11.**O fabricante deve permitir a solicitação de inclusão de aplicações na base de assinaturas de aplicações;

**1.2.6.12.**Deve possibilitar a diferenciação de tráfegos Peer2Peer (Bittorrent, emule, etc) possuindo granularidade de controle/políticas para os mesmos;

**1.2.6.13.**Deve possibilitar a diferenciação de tráfegos de Instant Messaging (AIM, Hangouts, Facebook Chat, etc) possuindo granularidade de controle/políticas para os mesmos;

**1.2.6.14.**Deve possibilitar a diferenciação e controle de partes das aplicações como por exemplo permitir o Hangouts chat e bloquear a chamada de vídeo;

**1.2.6.15.**Deve possibilitar a diferenciação de aplicações Proxies (psiphon, freegate, etc) possuindo granularidade de controle/políticas para os mesmos;



**1.2.6.16.** Deve ser possível a criação de grupos dinâmicos de aplicações baseados em características das aplicações como: Tecnologia utilizada nas aplicações (Client-Server, Browse Based, Network Protocol, etc);

**1.2.6.17.** Deve ser possível a criação de grupos dinâmicos de aplicações baseados em características das aplicações como: Nível de risco da aplicação;

**1.2.6.18.** Deve ser possível a criação de grupos estáticos de aplicações baseados em características das aplicações como: Categoria da aplicação;

**1.2.6.19.** Deve ser possível configurar Application Override permitindo selecionar aplicações individualmente

#### **1.2.7. PREVENÇÃO DE AMEAÇAS:**

**1.2.7.1.** Para proteção do ambiente contra ataques, os dispositivos de proteção devem possuir módulo de IPS, Antivírus e Anti-Spyware integrados no próprio appliance de firewall;

**1.2.7.2.** Deve incluir assinaturas de prevenção de intrusão (IPS) e bloqueio de arquivos maliciosos (Antivírus e Anti-Spyware);

**1.2.7.3.** As funcionalidades de IPS, Antivírus e Anti-Spyware devem operar em caráter permanente, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado, mesmo que não subsista o direito de receber atualizações ou que não haja contrato de garantia de software com o fabricante;

**1.2.7.4.** Deve sincronizar as assinaturas de IPS, Antivírus, Anti-Spyware quando implementado em alta disponibilidade;

**1.2.7.5.** Deve suportar granularidade nas políticas de IPS, Antivírus e Anti-Spyware, possibilitando a criação de diferentes políticas por zona de segurança, endereço de origem, endereço de destino, serviço e a combinação de todos esses itens;

**1.2.7.6.** Deve permitir o bloqueio de vulnerabilidades;

**1.2.7.7.** Deve incluir proteção contra ataques de negação de serviços;

**1.2.7.8.** Deverá possuir o seguinte mecanismos de inspeção de IPS: Análise de decodificação de protocolo;

**1.2.7.9.** Deverá possuir o seguinte mecanismos de inspeção de IPS: Análise para detecção de anomalias de protocolo;

**1.2.7.10.** Deverá possuir o seguinte mecanismos de inspeção de IPS: IP Defragmentation;

**1.2.7.11.** Deverá possuir o seguinte mecanismos de inspeção de IPS: Remontagem de pacotes de TCP;

**1.2.7.12.** Deverá possuir o seguinte mecanismos de inspeção de IPS: Bloqueio de pacotes malformados;

**1.2.7.13.** Ser imune e capaz de impedir ataques básicos como: Syn flood, ICMP flood, UDP flood, etc;





**1.2.7.14.**Detectar e bloquear a origem de portscans;

**1.2.7.15.**Bloquear ataques efetuados por worms conhecidos;

**1.2.7.16.**Possuir assinaturas específicas para a mitigação de ataques DoS e DDoS;

**1.2.7.17.**Possuir assinaturas para bloqueio de ataques de buffer overflow;

**1.2.7.18.**Deverá possibilitar a criação de assinaturas customizadas pela interface gráfica do produto;

**1.2.7.19.**Identificar e bloquear comunicação com botnets;

**1.2.7.20.**Registrar na console de monitoração as seguintes informações sobre ameaças identificadas: O nome da assinatura ou do ataque, aplicação, usuário, origem e o destino da comunicação, além da ação tomada pelo dispositivo;

**1.2.7.21.**Deve suportar a captura de pacotes (PCAP), por assinatura de IPS ou controle de aplicação;

**1.2.7.22.**Deve possuir a função de proteção a resolução de endereços via DNS, identificando requisições de resolução de nome para domínios maliciosos de botnets conhecidas;

**1.2.7.23.**Os eventos devem identificar o país de onde partiu a ameaça;

**1.2.7.24.**Deve incluir proteção contra vírus em conteúdo HTML e javascript, software espião (spyware) e worms;

**1.2.7.25.**Possuir proteção contra downloads involuntários usando HTTP de arquivos executáveis e maliciosos;

**1.2.7.26.**Deve ser possível a configuração de diferentes políticas de controle de ameaças e ataques baseado em políticas do firewall considerando Usuários, Grupos de usuários, origem, destino, zonas de segurança, etc, ou seja, cada política de firewall poderá ter uma configuração diferentes de IPS, sendo essas políticas por Usuários, Grupos de usuário, origem, destino, zonas de segurança;

**1.2.7.27.**Suportar e estar licenciado com proteção contra ataques de dia zero por meio de integração com solução de Sandbox em nuvem, do mesmo fabricante;

#### **1.2.8.FILTRO DE URL:**

**1.2.8.1.**Permite especificar política por tempo, ou seja, a definição de regras para um determinado horário ou período (dia, mês, ano, dia da semana e hora);

**1.2.8.2.**Deve possuir a capacidade de criação de políticas baseadas na visibilidade e controle de quem está utilizando quais URLs através da integração com serviços de diretório, Active Directory e base de dados local, em modo de proxy transparente e explícito;

**1.2.8.3.**Suportar a capacidade de criação de políticas baseadas no controle por URL e categoria de URL;



**1.2.8.4.**Deve possuir base ou cache de URLs local no appliance ou em nuvem do próprio fabricante, evitando delay de comunicação/validação das URLs;

**1.2.8.5.**Possuir pelo menos 60 categorias de URLs;

**1.2.8.6.**Deve possuir a função de exclusão de URLs do bloqueio, por categoria;

**1.2.8.7.**Permitir a customização de página de bloqueio;

**1.2.8.8.**Permitir o bloqueio e continuação (possibilitando que o usuário acesse um site potencialmente bloqueado informando o mesmo na tela de bloqueio e possibilitando a utilização de um botão Continuar para permitir o usuário continuar acessando o site);

**1.2.8.9.**Além do Explicit Web Proxy, suportar proxy Web transparente;

#### **1.2.9.IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIOS:**

**1.2.9.1.**Deve incluir a capacidade de criação de políticas baseadas na visibilidade e controle de quem está utilizando quais aplicações através da integração com serviços de diretório, autenticação via LDAP, Active Directory, E-directory e base de dados local;

**1.2.9.2.**Deve possuir integração com Microsoft Active Directory para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários;

**1.2.9.3.**Deve possuir integração com Microsoft Active Directory para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários, suportando single sign-on. Essa funcionalidade não deve possuir limites licenciados de usuários ou qualquer tipo de restrição de uso como, mas não limitado à, utilização de sistemas virtuais, segmentos de rede, etc;

**1.2.9.4.**Deve possuir integração com Radius para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários;

**1.2.9.5.**Deve possuir integração com LDAP para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em Usuários e Grupos de usuários;

**1.2.9.6.**Deve permitir o controle, sem instalação de cliente de software, em equipamentos que solicitem saída a internet para que antes de iniciar a navegação, expanda-se um portal de autenticação residente no firewall (Captive Portal);

**1.2.9.7.**Deve possuir suporte a identificação de múltiplos usuários conectados em um mesmo endereço IP em ambientes Citrix e Microsoft Terminal Server, permitindo visibilidade e controle granular por usuário sobre o uso das aplicações que estão nestes serviços;

**1.2.9.8.**Deve implementar a criação de grupos customizados de usuários no firewall, baseado em atributos do LDAP/AD;

**1.2.9.9.**Permitir integração com tokens para autenticação dos usuários, incluindo, mas não limitado a acesso a internet e gerenciamento da solução;



**1.2.9.10.** Prover no mínimo um token nativamente, possibilitando autenticação de duplo fator;

#### **1.2.10.QOS E TRAFFIC SHAPING**

**1.2.10.1.** Com a finalidade de controlar aplicações e tráfego cujo consumo possa ser excessivo, (como Youtube, Ustream, etc) e ter um alto consumo de largura de banda, se requer que a solução, além de poder permitir ou negar esse tipo de aplicações, deve ter a capacidade de controlá-las por políticas de máxima largura de banda quando forem solicitadas por diferentes usuários ou aplicações, tanto de áudio como de vídeo streaming;

**1.2.10.2.** Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por endereço de origem;

**1.2.10.3.** Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por endereço de destino;

**1.2.10.4.** Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por usuário e grupo;

**1.2.10.5.** Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por aplicações, incluindo, mas não limitado a Skype, Bittorrent, YouTube e Azureus;

**1.2.10.6.** Suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping por porta;

**1.2.10.7.** O QoS deve possibilitar a definição de tráfego com banda garantida;

**1.2.10.8.** O QoS deve possibilitar a definição de tráfego com banda máxima;

**1.2.10.9.** O QoS deve possibilitar a definição de fila de prioridade;

**1.2.10.10.** Suportar marcação de pacotes Diffserv, inclusive por aplicação;

**1.2.10.11.** Suportar modificação de valores DSCP para o Diffserv;

**1.2.10.12.** Suportar priorização de tráfego usando informação de Type of Service;

**1.2.10.13.** Deve suportar QOS (traffic-shapping), em interface agregadas ou redundantes;

#### **1.2.11.FILTRAGEM DE DADOS:**

**1.2.11.1.** Permitir a criação de filtros para arquivos e dados pré-definidos;

**1.2.11.2.** Os arquivos devem ser identificados por extensão e tipo;

**1.2.11.3.** Permitir identificar e opcionalmente prevenir a transferência de vários tipos de arquivos (MS Office, PDF, etc) identificados sobre aplicações (HTTP, FTP, SMTP, etc);

**1.2.11.4.** Suportar identificação de arquivos compactados ou a aplicação de políticas sobre o conteúdo desses tipos de arquivos;

**1.2.11.5.** Suportar a identificação de arquivos criptografados e a aplicação de políticas sobre o conteúdo desses tipos de arquivos;

**1.2.11.6.** Permitir identificar e opcionalmente prevenir a transferência de informações sensíveis, incluindo, mas não limitado a número de cartão de crédito, possibilitando a criação de novos tipos de dados via expressão regular;

#### **1.2.12.FUNCIONALIDADES DE ZTNA:**

**1.2.12.1.** A solução deverá permitir a implementação futura de ZTNA através do licenciamento dos Endpoints, permitindo a ativação das seguintes funcionalidades:





**1.2.12.1.1.**Deverá permitir ao administrador a solicitação enforcement de identificação do usuário no login, de modo que o usuário necessite realizar uma confirmação de identidade através de no mínimo:

**1.2.12.1.1.1.**Informação pessoal do sistema operacional;

**1.2.12.1.1.2.**LinkedIn;

**1.2.12.1.1.3.**Google;

**1.2.12.1.1.4.**SalesForce.

**1.2.12.1.2.**Deverá permitir aplicar perfis de segurança baseado em status de serviços do endpoint, permitindo que seja atribuído um perfil de acesso para os endpoints baseado em no mínimo:

**1.2.12.1.2.1.**DHCP Server: Atribui um perfil de segurança se o endpoint estiver conectado a um servidor DHCP específico;

**1.2.12.1.2.2.**DNS Server: Atribui um perfil de segurança se o endpoint estiver conectado a um servidor DNS específico;

**1.2.12.1.2.3.**Conexão ao Servidor: Atribui um perfil de segurança se o endpoint estiver online e com sua versão atualizada de acordo com o servidor de gerenciamento;

**1.2.12.1.2.4.**Local IP/Subnet: Atribui um perfil de segurança se o endpoint estiver em um range de IPs específico;

**1.2.12.1.2.5.**Default Gateway: Atribui um perfil de segurança se o endpoint estiver enviando informações para um gateway de internet específico, permitindo também a configuração de endereço MAC do Gateway.

**1.2.12.1.3.**Ping Server: Atribui um perfil de segurança se o endpoint conseguir enviar um ping para um servidor específico de rede.

**1.2.12.1.4.**VPN Tunnel: Atribui um perfil de segurança se o endpoint estiver acessando a rede através de um Tunel de VPN, deve ser permitida a escolha de túnel de VPN para cada perfil.

**1.2.12.1.5.**Deve permitir a atribuição de usuários ou grupos de usuários a políticas de acesso.

### **1.2.13.GEO LOCALIZAÇÃO**

**1.2.13.1.**Suportar a criação de políticas por geo-localização, permitindo o tráfego de determinado País/Países sejam bloqueados;

**1.2.13.2.**Deve possibilitar a visualização dos países de origem e destino nos logs dos acessos;

**1.2.13.3.**Deve possibilitar a criação de regiões geográficas pela interface gráfica e criar políticas utilizando as mesmas;

### **1.2.14.SERVIÇOS DE VPN**

**1.2.14.1.**Suportar VPN Site-to-Site e Cliente-To-Site;



**1.2.14.2.** Suportar IPsec VPN;

**1.2.14.3.** Suportar SSL VPN;

**1.2.14.4.** A VPN IPsec deve suportar Autenticação MD5 e SHA-1;

**1.2.14.5.** A VPN IPsec deve suportar Diffie-Hellman Group 1, Group 2, Group 5 e Group 14;

**1.2.14.6.** A VPN IPsec deve suportar Algoritmo Internet Key Exchange (IKEv1 e v2);

**1.2.14.7.** A VPN IPsec deve suportar AES 128, 192 e 256 (Advanced Encryption Standard);

**1.2.14.8.** Deve possuir interoperabilidade com os seguintes fabricantes: Cisco, Check Point, Juniper, Palo Alto Networks, Fortinet, SonicWall;

**1.2.14.9.** Suportar VPN em IPv4 e IPv6, assim como tráfego IPv4 dentro de túneis IPsec IPv6;

**1.2.14.10.** Deve permitir habilitar e desabilitar túneis de VPN IPsec a partir da interface gráfica da solução, facilitando o processo de troubleshooting;

**1.2.14.11.** Deve permitir que todo o tráfego dos usuários remotos de VPN seja escoado para dentro do túnel de VPN, impedindo comunicação direta com dispositivos locais como proxies;

**1.2.14.12.** Dever permitir criar políticas de controle de aplicações, IPS, Antivírus, Antipyyware e filtro de URL para tráfego dos clientes remotos conectados na VPN SSL;

**1.2.14.13.** Suportar autenticação via AD/LDAP, Secure id, certificado e base de usuários local;

**1.2.14.14.** Permitir a aplicação de políticas de segurança e visibilidade para as aplicações que circulam dentro dos túneis SSL;

**1.2.14.15.** Deverá manter uma conexão segura com o portal durante a sessão;

**1.2.14.16.** O agente de VPN SSL ou IPsec client-to-site deve ser compatível com pelo menos: Windows 7 (32 e 64 bit), Windows 8 (32 e 64 bit), Windows 10 (32 e 64 bit) e Mac OS X (v10.10 ou superior);

**1.2.14.17.** Deve suportar Auto-Discovery Virtual Private Network (ADVPN)

**1.2.14.18.** Deve suportar agregação de túneis IPsec

**1.2.14.19.** Deve suportar algoritmo de balanceamento do tipo WRR (Weighted Round Robin) em agregação de túneis IPsec

**1.2.14.20.** A VPN IPsec deve suportar Forward Error Correction (FEC)

**1.2.14.21.** Deve suportar TLS 1.3 em VPN SSL

#### **1.2.15. WIRELESS CONTROLLER INTEGRADA**

**1.2.15.1.** Deverá administrar e controlar de maneira centralizada os pontos de acesso wireless do mesmo fabricante da solução ofertada;

**1.2.15.2.** Quaisquer licenças e/ou softwares necessários para plena execução de todas as características descritas neste termo de referência deverão ser fornecidos;



- 1.2.15.3.** Deve permitir a conexão de dispositivos wireless que implementem os padrões IEEE 802.11a/b/g/n/ac e que transmitam tráfego IPv4 e IPv6 através do controlador;
- 1.2.15.4.** A solução deverá ser capaz de gerenciar pontos de acesso do tipo indoor e outdoor;
- 1.2.15.5.** O controlador wireless deve permitir ser descoberto automaticamente pelos pontos de acesso através de Broadcast, DHCP e consulta DNS;
- 1.2.15.6.** A solução deve otimizar o desempenho e a cobertura wireless (RF) nos pontos de acesso por ela gerenciados, realizando automaticamente o ajuste de potência e a distribuição adequada de canais a serem utilizados. A solução deve permitir ainda desabilitar o ajuste automático de potência e canais quando necessário;
- 1.2.15.7.** Permitir agendar dia e horário em que ocorrerá a otimização do provisionamento automático de canais nos Access Points;
- 1.2.15.8.** O encaminhamento de tráfego dos dispositivos conectados à rede sem fio deve ocorrer de forma centralizada através de túnel estabelecido entre o ponto de acesso e controlador wireless. Neste modo todos os pacotes devem ser tunelados até o controlador wireless;
- 1.2.15.9.** Quando tunelado, o tráfego deve ser criptografado através de DTLS ou IPSEC;
- 1.2.15.10.** Deve permitir o gerenciamento de pontos de acesso conectados remotamente através de links WAN. Neste cenário o encaminhamento de tráfego dos dispositivos conectados à rede sem fio deve ocorrer de forma distribuída (local switching), ou seja, o tráfego deve ser comutado localmente na interface LAN do ponto de acesso e não necessitará de tunelamento até o controlador wireless;
- 1.2.15.11.** Quando o encaminhamento do tráfego for distribuído (local switching) e a autenticação via PSK, caso haja falha na comunicação entre os pontos de acesso e o controlador wireless, os usuários associados devem permanecer associados aos pontos de acesso e ao mesmo SSID. Deve ser possível ainda permitir a conexão de novos usuários à rede wireless;
- 1.2.15.12.** A solução deve permitir definir quais redes serão tuneladas até a controladora e quais redes serão comutadas diretamente pela interface do ponto de acesso;
- 1.2.15.13.** A solução deve suportar recurso de Split-Tunneling de forma que seja possível definir, através das subredes de destino, quais pacotes serão tunelados até a controladora e quais serão comutados localmente na interface do ponto de acesso;
- 1.2.15.14.** A solução deve implementar recursos que possibilitem a identificação de interferências provenientes de equipamentos que operem nas frequências de 2.4GHz e 5GHz;



**1.2.15.15.**A solução deverá detectar Receiver Start of Packet (RX-SOP) em pacotes wireless e ser capaz de ignorar os pacotes que estejam abaixo de determinado limiar especificado dBm;

**1.2.15.16.**A solução deve permitir o balanceamento de carga dos usuários conectados à infraestrutura wireless de forma automática. A distribuição dos usuários entre os pontos de acesso próximos deve ocorrer sem intervenção humana e baseada em critérios como número de dispositivos associados em cada ponto de acesso;

**1.2.15.17.**A solução deve possuir mecanismos para detecção e mitigação de pontos de acesso não autorizados, também conhecidos como Rogue APs. A mitigação deverá ocorrer de forma automática e baseada em critérios, tais como: intensidade de sinal ou SSID. Os pontos de acesso gerenciados pela solução devem evitar a conexão de clientes em pontos de acesso não autorizados;

**1.2.15.18.**A solução deve identificar automaticamente pontos de acesso intrusos que estejam conectados na rede cabeada (LAN). A solução deve ser capaz de identificar o ponto de acesso intruso mesmo quando o MAC Address da interface LAN for ligeiramente diferente (adjacente) do MAC Address da interface WLAN;

**1.2.15.19.**A solução deve detectar os pontos de acesso não autorizados e/ou intrusos através de rádios dedicados para a função de análise ou através de Off-channel/Background scanning. Quando realizada através de Off-channel/Background scanning, a solução deve ser capaz de identificar a utilização do ponto de acesso para, caso necessário, atrasar a análise e desta forma não prejudicar os clientes conectados;

**1.2.15.20.**A solução deve permitir a configuração individual dos rádios do ponto de acesso para que operem no modo monitor, ou seja, com função dedicada para detectar ameaças na rede sem fio e com isso permitir maior flexibilidade no design da rede wireless;

**1.2.15.21.**A solução deve permitir a adição de controlador redundante operando em N+1. Neste modo, o controlador redundante deve monitorar a disponibilidade e sincronizar as configurações do principal, além de assumir todas as funções em caso de falha do controlador primário. Desta forma, todos os pontos de acesso devem se associar automaticamente ao controlador redundante que passará a ter função de primário de forma temporária;

**1.2.15.22.**A solução deve permitir o agrupamento de VLANs para que sejam distribuídas múltiplas subredes em um determinado SSID, reduzindo assim o broadcast e aumentando a disponibilidade de endereços IP;

**1.2.15.23.**A solução deve permitir a criação de múltiplos domínios de mobilidade (SSID) com configurações distintas de segurança e rede. Deve ser possível especificar em quais pontos de acesso ou grupos de pontos de acesso que cada domínio será habilitado;





- 1.2.15.24.**A solução deve garantir ao administrador da rede determinar os horários e dias da semana que as redes (SSIDs) estarão disponíveis aos usuários;
- 1.2.15.25.**Deve permitir restringir o número máximo de dispositivos conectados por ponto de acesso e por rádio;
- 1.2.15.26.**A solução deve implementar o padrão IEEE 802.11r para acelerar o processo de roaming dos dispositivos através do recurso conhecido como Fast Roaming;
- 1.2.15.27.**A solução deve implementar o padrão IEEE 802.11k para permitir que um dispositivo conectado à rede wireless identifique rapidamente outros pontos de acesso disponíveis em sua área para que ele execute o roaming;
- 1.2.15.28.**A solução deve implementar o padrão IEEE 802.11v para permitir que a rede influencie as decisões de roaming do cliente conectado através do fornecimento de informações complementares, tal como a carga de utilização dos pontos de acesso que estão próximos;
- 1.2.15.29.**A solução deve implementar o padrão IEEE 802.11w para prevenir ataques à infraestrutura wireless;
- 1.2.15.30.**A solução deve suportar priorização via WMM e permitir a tradução dos valores para DSCP quando os pacotes forem destinados à rede cabeada;
- 1.2.15.31.**A solução deve implementar técnicas de Call Admission Control para limitar o número de chamadas simultâneas;
- 1.2.15.32.**A solução deve apresentar informações sobre os dispositivos conectados à infraestrutura wireless e informar ao menos as seguintes informações: Nome do usuário conectado ao dispositivo, Fabricante e sistema operacional do dispositivo, Endereço IP, SSID ao qual está conectado, Ponto de acesso ao qual está conectado, Canal ao qual está conectado, Banda transmitida e recebida (em Kbps), intensidade do sinal considerando o ruído em dB (SNR), capacidade MIMO e horário da associação;
- 1.2.15.33.**Para garantir uma melhor distribuição de dispositivos entre as frequências disponíveis e resultar em melhorias na utilização da radiofrequência, a solução deve ser capaz de distribuir automaticamente os dispositivos dual-band para que conectem primariamente em 5GHz através do recurso conhecido como Band Steering;
- 1.2.15.34.**A solução deve permitir a configuração de quais data rates estarão ativos na ferramenta e quais serão desabilitados para as frequências de 2.4 e 5GHz e padrões 802.11a/b/g/n/ac;
- 1.2.15.35.**A solução deve possuir recurso capaz de converter pacotes Multicast em pacotes Unicast quando forem encaminhados aos dispositivos que estiverem conectados à infraestrutura wireless, melhorando assim o consumo de Airtime;





**1.2.15.36.**A solução deve suportar recurso que ignore Probe Requests de clientes que estejam com sinal fraco ou distantes. Deve permitir definir o limiar para que os Probe Requests sejam ignorados;

**1.2.15.37.**A solução deve permitir a configuração do valor de Short Guard Interval para 802.11n e 802.11ac em 5GHz;

**1.2.15.38.**A solução deve implementar recurso conhecido como Airtime Fairness (ATF) para controlar o uso de airtime alocando porcentagens a serem utilizadas nos SSIDs;

**1.2.15.39.**A solução deve implementar regras de firewall (stateful) para controle do tráfego permitindo ou descartando pacotes de acordo com a política configurada, regras estas que deve usar como critério endereços de origem e destino (IPv4 e IPv6), portas e protocolos;

**1.2.15.40.**A solução deve implementar recurso de web filtering para controle de websites acessados na rede wireless. Deve possuir uma base de conhecimento para categorização dos sites e permitir configurar quais categorias de sites serão permitido e bloqueados para cada perfil de usuário e SSID;

**1.2.15.41.**A solução deve possuir capacidade de reconhecimento de aplicações através da técnica de DPI (Deep Packet Inspection) que permita ao administrador da rede monitorar o perfil de acesso dos usuários e implementar políticas de controle. Deve permitir o funcionamento deste recurso e a atualização periódica da base de aplicações durante todo o período de garantia da solução;

**1.2.15.42.**A base de reconhecimento de aplicações através de DPI deve identificar com, no mínimo, 1500 (mil e quinhentas) aplicações;

**1.2.15.43.**A solução deve permitir a criação de regras para bloqueio e limite de banda (em Mbps, Kbps ou Bps) para as aplicações reconhecidas através da técnica de DPI;

**1.2.15.44.**A solução deve ainda, através da técnica de DPI, reconhecer aplicações sensíveis ao negócio e permitir a priorização deste tráfego com marcação QoS;

**1.2.15.45."**A solução deve implementar mecanismos de proteção para identificar ataques à infraestrutura wireless. Ao menos os seguintes ataques devem ser identificados:

**1.2.15.45.1.-** Ataques de flood contra o protocolo EAPOL (EAPOL Flooding);

**1.2.15.45.2.-** Os seguintes ataques de negação de serviço: Association Flood, Authentication Flood, Broadcast Deauthentication e Spoofed Deauthentication;

**1.2.15.45.3.-** ASLEAP;

**1.2.15.45.4.-** Null Probe Response / Null SSID Probe Response;

**1.2.15.45.5.-** Long Duration;

**1.2.15.45.6.-** Ataques contra Wireless Bridges;

**1.2.15.45.7.-** Weak WEP;

**1.2.15.45.8.-** Invalid MAC OUI."



- 1.2.15.46.** A solução deve implementar mecanismos de proteção para mitigar ataques à infraestrutura wireless. Ao menos ataques de negação de serviço devem ser mitigados pela infraestrutura através do envio de pacotes de deauthentication;
- 1.2.15.47.** A solução deve implementar mecanismos de proteção contra ataques do tipo ARP Poisoning na rede wireless;
- 1.2.15.48.** A solução deve monitorar e classificar o risco das aplicações acessadas pelos clientes wireless;
- 1.2.15.49.** Permitir configurar o bloqueio na comunicação entre os clientes wireless conectados a um determinado SSID;
- 1.2.15.50.** Deve implementar autenticação administrativa através do protocolo RADIUS;
- 1.2.15.51.** Em conjunto com os pontos de acesso, a solução deve implementar os seguintes métodos de autenticação: WPA (TKIP) e WPA2 (AES);
- 1.2.15.52.** Em conjunto com os pontos de acesso, a solução deve ser compatível e implementar o método de autenticação WPA3;
- 1.2.15.53.** A solução deve permitir a configuração de múltiplas chaves de autenticação PSK para utilização em um determinado SSID;
- 1.2.15.54.** Quando usando o recurso de múltiplas chaves PSK, a solução deve permitir a definição de limite quanto ao número de conexões simultâneas para cada chave criada;
- 1.2.15.55.** A solução deve implementar o protocolo IEEE 802.1X com associação dinâmica de VLANs para os usuários com base nos atributos fornecidos pelos servidores RADIUS;
- 1.2.15.56.** A solução deve implementar o mecanismo de mudança de autorização dinâmica para 802.1X, conhecido como RADIUS CoA (Change of Authorization) para autenticações 802.1X;
- 1.2.15.57.** A solução deve suportar os seguintes métodos de autenticação EAP: EAP-AKA, EAP-SIM, EAP-FAST, EAP-TLS, EAP-TTLS e PEAP;
- 1.2.15.58.** A solução deve implementar recurso para autenticação dos usuários através de página web HTTPS, também conhecido como Captive Portal. A solução deve limitar o acesso dos usuários enquanto estes não informarem as credenciais válidas para acesso à rede;
- 1.2.15.59.** A solução deve permitir a hospedagem do captive portal na memória interna do controlador wireless;
- 1.2.15.60.** A solução deve permitir a customização da página de autenticação, de forma que o administrador de rede seja capaz de alterar o código HTML da página web formatando texto e inserindo imagens;
- 1.2.15.61.** A solução deve permitir a coleta de endereço de e-mail dos usuários como método de autorização para ingresso à rede;
- 1.2.15.62.** A solução deve permitir que a página de autenticação seja hospedada em servidor externo;





- 1.2.15.63.**A solução deve permitir o cadastramento de contas para usuários visitantes na memória interna. A solução deve permitir ainda que seja definido um prazo de validade para a conta criada;
- 1.2.15.64.**A solução deve garantir que usuários se autenticuem em captive portal que faça uso de endereço IPv6;
- 1.2.15.65.**A solução deve possuir interface gráfica para administração e gerenciamento das contas de usuários visitantes, não permitindo acesso às demais funções de administração da solução;
- 1.2.15.66.**Após a criação de um usuário visitante, a solução deve enviar as credenciais por e-mail para o usuário cadastrado;
- 1.2.15.67.**A solução deve implementar recurso de DHCP Server (IPv4 e IPv6) para facilitar a configuração de redes visitantes;
- 1.2.15.68.**A solução deve identificar automaticamente o tipo de equipamento e sistema operacional utilizado pelo dispositivo conectado à rede wireless;
- 1.2.15.69.**A solução deve permitir que os usuários sejam capazes de acessar serviços disponibilizados através do protocolo Bonjour (L2) e que estejam hospedados em outras subredes, tais como: AirPlay e Chromecast. Deve ser possível especificar em quais VLANs o serviço será disponibilizado;
- 1.2.15.70.**A solução deve permitir a configuração de redes Mesh entre os pontos de acesso por ela gerenciados;
- 1.2.15.71.**A solução deve permitir a configuração de rede Mesh entre pontos de acesso indoor e outdoor;
- 1.2.15.72.**A solução deve permitir ser gerenciada através dos protocolos HTTPS e SSH via IPv4 e IPv6;
- 1.2.15.73.**A solução deve permitir o envio dos logs para múltiplos servidores syslog externos;
- 1.2.15.74.**A solução deve permitir ser gerenciada através do protocolo SNMP (v1, v2c e v3), além de emitir notificações através da geração de traps;
- 1.2.15.75.**A solução deve permitir que softwares de gerenciamento realizem consultas diretamente nos pontos de acesso via protocolo SNMP;
- 1.2.15.76.**A solução deve incluir suporte para as RFCs 1213 (MIB II) e RFC 2665 (Ethernet-like MIB);
- 1.2.15.77.**A solução deve permitir a captura de pacotes na rede wireless e exporta-los em arquivos no formato .pcap;
- 1.2.15.78.**A solução deve permitir a adição de planta baixa do pavimento para ilustrar graficamente a localização geográfica e status de operação dos pontos de acesso por ela



gerenciados. Deve permitir a adição de plantas baixas nos seguintes formatos: JPEG, PNG, GIF ou CAD;

**1.2.15.79.**A solução deve apresentar graficamente a topologia lógica da rede, representar os elementos da rede gerenciados, além de informações sobre os usuários conectados com a quantidade de dados transmitidos e recebidos por eles;

**1.2.15.80.**A solução deve implementar o gerenciamento unificado e de forma gráfica para redes WiFi e redes cabeadas;

**1.2.15.81.**A solução deve permitir a atualização de firmware do controlador wireless mesmo quando conectado remotamente;

**1.2.15.82.**A solução deve permitir a identificação do firmware utilizado por cada ponto de acesso gerenciado e permitir a atualização individualizada através da interface gráfica;

**1.2.15.83.**A solução deve possuir ferramentas de diagnósticos e debug;

**1.2.15.84.**A solução deve suportar comunicação com elementos externos através de APIs;

**1.2.15.85.**A solução deve permitir também a gestão de Switches do mesmo fabricante, permitindo a alteração de configurações dos Switches, como:

**1.2.15.86.-** Visualização de topologia física da rede e seus equipamentos;

**1.2.15.87.-** Visualização de topologia lógica da rede e suas VLANs;

**1.2.15.88.-** Alterações de configurações das portas dos Switches, como configuração de VLAN, DHCP Snooping;

**1.2.15.89.-** Aplicação de regras de NAC diretamente nas portas dos Switches e Access Points, permitindo a permissão ou negação do acesso aos dispositivos finais baseado em políticas de compliance, permitindo a utilização de informações como Sistema Operacional, Fabricante do dispositivo, Usuário e tag de ZTNA (quando licenciado para uso da solução de ZTNA);

**1.2.15.90.-** Visualização em interface gráfica do uso das portas dos Switches, permitindo verificação de VLAN em uso e uso de PoE por porta;

#### **1.2.16.RECURSOS DE SD-WAN**

**1.2.16.1.**Deve implementar balanceamento de link por hash do IP de origem;

**1.2.16.2.**Deve implementar balanceamento de link por hash do IP de origem e destino;

**1.2.16.3.**Deve implementar balanceamento de link por peso. Nesta opção deve ser possível definir o percentual de tráfego que será escoado por cada um dos links.

**1.2.16.4.**Deve implementar balanceamento de link por custo configurado do link.

**1.2.16.5.**Deve suportar o balanceamento de, no mínimo, 256 links;

**1.2.16.6.**Deve suportar o balanceamento de links de interfaces físicas, sub-interfaces lógicas de VLAN e túneis IPSec

**1.2.16.7.**Deve implementar balanceamento de links sem a necessidade de criação de zonas ou uso de instâncias virtuais;

---

#### **LICITAÇÃO n º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





- 1.2.16.8.** Deve gerar log de eventos que registrem alterações no estado dos links do SDWAN, monitorados pela checagem de saúde
- 1.2.16.9.** Deve suportar Zero-Touch Provisioning
- 1.2.16.10.** Possuir checagem do estado de saúde do Link baseando-se em critérios mínimos de: Latência, Jitter e Perda de Pacotes
- 1.2.16.11.** Deve ser possível configurar a porcentagem de perda de pacotes e o tempo de latência e jitter, na medição de estado de link. Estes valores serão utilizados pela solução para decidir qual link será utilizado
- 1.2.16.12.** A solução deve permitir modificar o intervalo de tempo de checagem, em segundos, para cada um dos links.
- 1.2.16.13.** A checagem de estado de saúde deve suportar teste com Ping, HTTP e DNS
- 1.2.16.14.** Suportar UDP Hole Punching em arquitetura ADVPN
- 1.2.16.15.** A checagem de estado de saúde deve suportar a marcação de pacotes com DSCP, para avaliação mais precisa de links que possuem QoS configurado
- 1.2.16.16.** As regras de escolha do link SD-WAN devem suportar o reconhecimento de aplicações, grupos de usuários, endereço IP de destino e Protocolo.
- 1.2.16.17.** Deve suportar a configuração de nível mínimo de qualidade (latência, jitter e perda de pacotes) para que determinado link seja escolhido pelo SD-WAN
- 1.2.16.18.** Deve suportar envio de BGP route-map para BGP neighbors, caso a qualidade mínima de um link não seja detectada pela checagem de saúde do link.

### **1.3. – SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO DA SOLUÇÃO**

- 1.3.1.** Deverá ser realizada a configuração completa dos equipamentos, isto inclui mas não se limita a:
- 1.3.1.1.** Consultoria para diagramação e arquitetura de rede, de forma que seja sugerida a melhor topologia de acordo com as boas práticas de mercado;
- 1.3.1.2.** Instalação física dos Firewalls;
- 1.3.1.3.** Migração das configurações atuais;
- 1.3.1.4.** Configuração de Alta Disponibilidade nos Firewalls e integração com a rede atual;
- 1.3.1.5.** Ativação de recursos no Firewall, como:
- 1.3.1.5.1.** Antivírus
- 1.3.1.5.2.** WebFilter
- 1.3.1.5.3.** Application Control
- 1.3.1.5.4.** DNS Filter
- 1.3.1.5.5.** SSL Inspection para navegação web
- 1.3.1.5.6.** SSL Inspection para servidores publicados
- 1.3.1.5.7.** IPS



**1.3.1.6.** Configurações de redes e rotas para os dispositivos de rede;

**1.3.1.7.** Configurações de autenticação e integração com o Active Directory da COCEL;

**1.3.1.8.** Treinamento completo de uso da solução para 6 alunos, de forma teórica e hands-on de no mínimo 12 horas, distribuído em três dias;

**1.3.1.8.1.** O treinamento deverá ser realizado por técnico certificado pelo fabricante, o certificado deverá ser anexado nas documentações de habilitação da LICITANTE;

**1.3.1.8.2.** A COCEL será responsável por prover o espaço para realização do treinamento.

## **2. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

**2.1.** - Pelo menos um atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, explicitando o serviço prestado ou o fornecimento realizado, de acordo com o objeto da presente licitação, bem como o nome, endereço, telefone e fax do atestante, **acompanhado da Nota Fiscal ou Contrato;**

**2.2.** Comprovar a instalação e fornecimento de no mínimo 01 (um) equipamento de Firewall do mesmo porte (throughput) do solicitado neste edital;

**2.3.** Declaração indicando o engenheiro ou arquiteto que atuará como responsável técnico pela execução dos serviços contratados, acompanhado de prova de o profissional pertencer ao quadro permanente de funcionários da empresa (comprovação através de apresentação de contrato social, no caso de sócio; cópia da carteira de trabalho ou contrato particular de prestação de serviço; prova de sua eleição como Diretor(a) da proponente; ou Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA onde conste como responsável técnico);

**2.4.** A licitante deverá comprovar que possui solução de Gerenciamento de Acesso Privilegiado (PAM), solução que permite fazer o compliance de todos os acessos administrativos efetuados nas ferramentas gerenciadas, permitindo que seja realizado a gravação de sessão de forma nativa e automática (sem a possibilidade de intervenção do usuário para interromper a gravação da tela), para permitir auditoria e consultas às ações realizadas pelo administrador:

**2.4.1.** Comprovação feita através de: Apresentação de nota fiscal, vinculando a solução com a empresa, de aquisição da solução de PAM. "Teste de bancada" ou homologação, através da comprovação de integração da solução de PAM do licitante com as soluções gerenciadas da COCEL;

**2.4.2.** Justificativa: Com essa solução, a COCEL poderá realizar auditorias e acompanhar o trabalho sendo feito pela LICITANTE vencedora, através das gravações de sessões de acesso. Como a LICITANTE é uma empresa terceira acessando o ambiente da COCEL, é de suma importância que seja realizado o controle e monitoramento das ações que estes acessos externos farão no ambiente da COCEL e quais configurações serão feitas ou poderão ser feitas. Uma solução de PAM também permitirá o acesso dos funcionários da







LICITANTE às soluções da COCEL, sem que tenham acesso à senha real do dispositivo, desta forma, maximizando a segurança e confidencialidade dos acessos.

**2.5.** Apresentação de comprovação de que a empresa possui, em seu quadro funcional, no mínimo, 1 (um) profissional alocado no projeto de implantação do sistema com certificação PMP (Project Management Institute) ou MBA em Gestão de Projetos. As comprovações deverão ser realizadas por meio da apresentação de diplomas, atestados ou certificados:

**2.5.1.** Justificativa: Tal exigência se faz indispensável devido à complexidade e importância dos serviços para a COCEL, garantindo a instalação dos princípios da eficiência, da legalidade e do máximo aproveitamento dos recursos técnicos da solução adquirida em benefício da operação.

**2.6.** Deverá possuir pelo menos, 2 (dois) profissionais com certificações em soluções técnicas de segurança da informação dos principais fabricantes do Gartner, como por exemplo: Fortinet NSE7, Cisco CCNP Security, Cisco CCIE Security, Palo Alto PCNSE.

**2.6.1.** Justificativa: Tal exigência se faz indispensável devido à complexidade e importância dos serviços para a COCEL, garantindo a instalação dos princípios da eficiência e demonstrando que os profissionais são aptos a instalar e configurar soluções de segurança de alta complexidade e garantindo a utilização de todos os recursos da solução a ser implementada.

**2.7.** Deverá possuir pelo menos, 1 (um) profissional com certificações em soluções de Switches dos principais fabricantes do Gartner, como por exemplo: Aruba ACSP, Cisco CCNP Routing & Switching, Juniper JNCIP-ENT.

**2.7.1.** Justificativa: Tal exigência se faz indispensável devido à complexidade e importância dos serviços para a COCEL, garantindo a instalação dos princípios da eficiência e demonstrando que os profissionais são aptos a instalar e configurar soluções de redes de Switching de alta complexidade e garantindo a utilização de todos os recursos da solução a ser implementada.

**PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO:** Até 15 (quinze) dias, a contar da data especificada no contrato.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência será de 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do contrato.

**PRAZO DE PAGAMENTO:** O pagamento pela locação do objeto da presente licitação será realizado mensalmente, devendo a primeira parcela ser paga 30 (trinta) dias após a data de





instalação do equipamento e as demais a partir do 30º (trigésimo) dia da data do primeiro pagamento, sendo o mesmo efetuado no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar da data de entrega das notas Fiscais na sede da COCEL.

**IMPOSTOS, TAXAS, FRETES, ETC.:** todos os custos com impostos, taxas, substituição tributária, fretes e demais despesas que porventura ocorram será de responsabilidade da empresa vencedora.

**LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO:** SEDE da COCEL, localizada na Rua Rui Barbosa, nº 520, Centro – Campo Largo – PR, no horário das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

**OBS:**

- Em caso de equipamento defeituoso, a licitante vencedora deverá arcar com os custos que a COCEL realizar ao executar os serviços de substituição no local onde o equipamento defeituoso estiver instalado, quando a quantidade de itens defeituosos ultrapassar 5% (cinco por cento) do total de itens fornecidos.
- Caso os custos de substituição dos equipamentos defeituosos ultrapassem o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total contratado, estará caracterizada a inexecução do contrato, sujeitando a licitante vencedora à imposição das penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

---

**LICITAÇÃO n º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.**

(Empresa), pessoa jurídica de direito privado, registrada sob CNPJ nº ....., localizada na Rua ....., no Município de ....., por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades legais, para fins de participação na **LICITAÇÃO Nº 018/2024**, que não se encontra inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública, e de que não se enquadra em nenhuma hipótese de impedimento para contratar com a COCEL, conforme disciplina o artigo 7º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, cumprindo plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos, assumindo integralmente a responsabilidade pelo fornecimento do seu objeto, bem como, possui assistência técnica especializada, com corpo técnico próprio e capacitada, para atender os equipamentos ofertados, com fornecimento de peças e suprimentos originais ao equipamento locado, e que possui sede em Curitiba ou Região Metropolitana.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

*(assinatura da proponente)*

**OBS: Este documento NÃO deverá ser incluído nos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, devendo ser encaminhado ao Agente de Licitação, junto a documentação de CREDENCIAMENTO, conforme item 8.9.**

**"8.9** Efetuará a apresentação de **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (ANEXO II)**, a qual deverá ser encaminhada ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento."

**LICITAÇÃO n º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



**ANEXO III****PROCURAÇÃO**

(Empresa) com sede (endereço), (CNPJ), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is), ao final assinado(s), nomeia e constitui seu bastante procurador, ..... (nome), (qualificação), (RG), (CPF), (residência), ao qual outorga(m) poderes específicos para representar a outorgante na **LICITAÇÃO Nº 018/2024**, em especial para formular lances, manifestar intenção de interpor recursos ou declinar do direito de fazer uso do mesmo, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao referido certame licitatório, podendo ainda requerer, impugnar, desistir, assinar qualquer tipo de documento ou instrumento, que for necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Local, dia/mês/ano.

(Assinatura) \_\_\_\_\_

(nome e cargo do representante legal)

**OBS: Este documento NÃO deverá ser incluído nos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, devendo ser encaminhado ao Agente de Licitação, com os documentos de CREDENCIAMENTO, conforme item 8.6., II.**

**"item 8.6. II - Se representante legal, deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, ou Termo de Credenciamento, outorgado pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, com a firma(s) reconhecida(s), na forma da Lei, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar razões de recurso, assinar Ata e praticar todos os demais atos inerentes ao certame. Nesta hipótese, deverá a procuração/termo de credenciamento estar acompanhada do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa."**

**LICITAÇÃO n.º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



**ANEXO IV****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE MODELO**

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa..... está inscrita como **MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, não estando incurso em nenhuma condição de que impeça de usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, para licitar ou contratar com a Administração Pública.

....., ..... de ..... de .....

.....  
(Assinatura do representante legal da empresa)

**OBS: Este documento NÃO deverá ser incluído nos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, devendo ser encaminhado ao Agente de Licitação, com os documentos de CREDENCIAMENTO, conforme item 8.8.**

**OBS: "item 8.8** As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14/12/2006, deverão comprovar sua condição através da apresentação de **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, a qual deverá ser encaminhada ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento descritos neste artigo."

**ANEXO V**  
**PROPOSTA**

À

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

**Ref.: LICITAÇÃO N.º 018/2024**

Prezados Senhores:

Tem a presente a finalidade de apresentar a nossa proposta para locação de servidor de FIREWALL, de acordo com as quantidades e características constantes do Anexo I, do **Edital de Licitação n.º 018/2024**, considerando:

1. que o prazo de validade da Proposta, contado a partir da data de sua apresentação, é de 60 (sessenta) dias;
2. que o local de entrega e instalação é na Rua Rui Barbosa, n.º 520 – Campo Largo – PR, SEDE da COCEL;
3. que o prazo de entrega, instalação é de até 15 (quinze) dias da assinatura do contrato;
4. que o prazo de pagamento da primeira parcela é de 30 (trinta) dias após a data de instalação e as demais a partir do 30º (trigésimo) dia da data do primeiro pagamento, sendo o mesmo efetuado no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de entrega das notas Fiscais na sede da COCEL;
5. que os equipamentos em questão terão garantia durante a vigência do contrato;
6. que concordamos em firmar o contrato para fornecimento do(s) objeto(s) relacionados nesta proposta, pelo(s) preço(s) apresentado através do lance registrado e oferecido por nosso representante credenciado;
7. que o preço ofertado é de:

**ITEM ÚNICO** – Locação de 1 (uma) unidade SERVIDOR DE FIREWALL. DEMAIS CARACTERISTICAS CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERENCIA – ANEXO I DO PRESENTE EDITAL. MARCA ....., É DE R\$ ..... MENSAL, TOTALIZANDO A IMPORTÂNCIA DE R\$...... PARA O PERIODO DE 60 MESES.

**08.** declaramos que confirmaremos com nova proposta, no prazo de até 03 (três) dias úteis, os itens que foram apresentados lances com novos preços, e julgado como vencedor do certame;

**LICITAÇÃO n.º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





**09.** declaramos ainda que, nos preços estão incluídos os custos diretos e indiretos, bem como administração, lucro e imprevistos, inclusive todos os tributos (ICMS, SUBST., IPI E OUTROS) sujeitos em decorrência da presente Proposta;

**10.** que concordamos com as demais disposições do Edital, e reconhecemos à **COCEL**, o direito de aceitar ou rejeitar todas as propostas sem que nos assista qualquer direito indenizatório.

Local e data.

-----

Assinatura do proponente

(Representante Legal da Empresa ou Procurador)

**Dados da empresa para formalização do contrato caso sejamos vencedor:**

Razão Social: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Insc. Est.: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

**REPRESENTANTE LEGAL:**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

CIRG N.º: \_\_\_\_\_ Expedida por: \_\_\_\_\_

**LICITAÇÃO n.º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





## ANEXO VI

### MINUTA DO CONTRATO

#### CONTRATO ESTATAL N.º ...../2024

**CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIDOR DE FIREWALL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL E .....**

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sediada na Rua Rui Barbosa, 520, no Município de Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.805.895/0001-30, neste ato representada, na forma de seu estatuto social, pelo seu Diretor Presidente **JOSÉ ARLINDO LEMOS CHEMIN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Campo Largo - Paraná, ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa ....., sediada na Rua ....., no Município de ....., Estado ....., inscrita no CNPJ/MF sob n.º ....., neste ato representada, pelo Sr. ...., portador do RG nº ....., inscrito no CPF/MF sob o n.º....., ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

**1.1** - Constitui objeto deste contrato o fornecimento pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** de:

**1.1.1** - Locação de **01 (UM)** SERVIDOR DE FIREWALL PELO PRAZO DE 60 MESES. DEMAIS CARACTERÍSTICAS CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERENCIA - ANEXO I DO PRESENTE EDITAL E PROPOSTA DE PREÇOS. MARCA \_\_\_\_\_.

**1.5**- Este Contrato é decorrente da **Licitação nº 018/2024** e da Proposta Comercial de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DOCUMENTOS INTEGRANTES

**2.1** - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos objetos, definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**2.1.1** - **Edital de Licitação n.º 018/2024**, de 11/03/2024 e respectivos Anexos;

**2.1.2** - Proposta Comercial da Contratada.

#### LICITAÇÃO n.º 018/2024

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





**2.2** - Os documentos referidos definem os direitos e as obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: LOCAL DE ENTREGA**

**3.1** – O servidor descrito na Cláusula Primeira deverá ser entregue e instalado em nossa SEDE, localizada na Rua Rui Barbosa, nº 520, Centro – Campo Largo – PR, no horário das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

### **CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO**

**4.1** - O preço, para a locação do objeto deste contrato, é de R\$ ..... por **mês**, totalizando a importância para o período de **60 (sessenta) meses** de R\$.....

**4.2** - Após 12 (doze) meses, o valor mensal poderá ser reajustado pelo IPCA, desde que solicitado pela contratada.

**4.3** - É vedado à **CONTRATADA** pleitear qualquer adicional de preço por faltas ou omissões que porventura venham a ser constatada em sua Proposta, com relação a imprevistos, lucros, mão-de-obra especializada, ferramentas, equipamentos necessários para a execução do objeto, despesas de transporte, combustível, manutenção de veículo, refeições, equipe técnica, hospedagem, pequenas despesas, horas extras, despesas de viagem, administração, encargos fiscais, trabalhistas e sociais.

**4.4** - Os preços contemplam todos os custos, tributos e encargos incorridos pela **CONTRATADA** para o completo fornecimento e operacionalidade do objeto contratado, tais como os pagamentos das obrigações legais, fiscais e trabalhistas, seguros, tributários (PIS, COFINS, IPI, ICMS, ISS e demais correspondentes, quando aplicável), despesas com equipamentos de apoio, meios de comunicação, hospedagem, veículos, combustível, manutenção, etc., quando aplicável, de acordo com as Especificações Técnicas e de outros incidentes pela execução do objeto deste Contrato.

**4.5** - O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídas no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, toda orientação operacional, treinamento técnico, assistência técnica, bem como os lucros da **CONTRATADA**.

**4.6** - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da **CONTRATADA**.

### **CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE ENTREGA, INSTALAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO**

**5.1** - A **CONTRATADA** deverá entregar e instalar os equipamentos, objeto deste Contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato.

**5.2** - O pagamento pela locação do objeto da presente licitação será realizado mensalmente, devendo a primeira parcela ser paga 30 (trinta) dias após a data de instalação dos equipamentos e as demais a partir do 30º (trigésimo) dia da data do





primeiro pagamento, sendo o mesmo efetuado no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar da data de entrega das notas Fiscais na sede da COCEL.

**5.3 – A CONTRATANTE** reserva-se o direito de descontar do faturamento mensal os débitos da **CONTRATADA** e as multas previstas na CLÁUSULA NONA.

## **CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1 -** Constituem obrigações da **CONTRATADA** durante o período de vigência do presente contrato:

**6.1.1 –** Fornecer os bens descritos na Cláusula Primeira, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, do Edital de Licitação.

**6.1.3 -** Prestar garantia dos bens descritos na Cláusula Primeira, pelo período de 60 meses, a partir da sua efetiva utilização.

**6.1.4 -** Substituir, por outros de idênticas características, as que apresentarem quaisquer irregularidades, no prazo de 07 (sete) dias úteis.

**6.1.5 -** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

**6.1.6 -** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

**6.1.7 -** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

**6.1.8 -** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**6.1.9 -** Relatar a Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer de prestação dos serviços.

**6.1.10 -** A **CONTRATADA** será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante a realização dos serviços, transporte, descarga e entrega de materiais.

**6.1.11 -** A **CONTRATADA** deverá observar todas as normas legais vigentes comprometendo-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas conforme edital de licitação e seus anexos.

**6.1.12 -** A **CONTRATADA** deve manter, durante o prazo do presente contrato, à compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que o originou, sob pena de rescisão do presente contrato e multa.

**6.1.13 –** Emitir Nota(s) Fiscal(is)/fatura de acordo com a(s) ordem(ns) de compra(s) encaminhadas pela **CONTRATANTE**.





**6.1.14** – Responsabilizar-se por todos os custos decorrentes do cumprimento do objeto deste Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1** - Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

**7.1.1** - Efetuar à **CONTRATADA** o pagamento da aquisição na época de sua exigibilidade.

**7.1.2** – Se o pagamento for feito com atraso por culpa da COCEL, este será acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata temporis, limitada a 2%.

**7.1.3** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**7.1.4** - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**7.1.5** - Prestar as informações e esclarecimentos que vierem a serem requeridos pela Contratada, desde que sejam do seu conhecimento e pertinentes aos serviços contratados.

**7.1.6** - Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

**7.1.7** - Não realizar reparos, mudanças ou quaisquer alterações nos equipamentos fornecidos pela Contratada, nem delegar a terceiros, e proteger as placas de identificação dos mesmos.

**7.1.8** - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

## **CLÁUSULA OITAVA: PRAZO DE VIGÊNCIA**

**8.1** - O presente contrato tem vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**8.2** – O reajuste dos preços poderá ser realizado a cada 12 meses, tomando-se os valores e corrigindo monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, desde que solicitado pela **CONTRATADA**, com fundamento no **art. 177** do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

**8.3** - O término do prazo de vigência deste Contrato não afetará quaisquer direitos ou obrigações das partes, ainda que seu exercício se dê após o término do referido prazo.



**CLÁUSULA DÉCIMA: PENALIDADES**

**9.1** – O não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, garantida a previa defesa na forma da lei, sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

**9.1.1** - A não entrega dos bens contratados, no prazo assinalado, importará na aplicação à **CONTRATADA** de multa diária na ordem de 0,2% sobre o valor dos itens em atraso, limitada a 5% (cinco por cento).

**9.2** - Multa, que deverá ser paga à **CONTRATANTE**, ou descontada de valores a receber, de acordo com informações fornecidas pela Administração:

**9.2.1** De 0,2% (dois décimos por cento) no valor do Contrato ou da parte não entregue por dia de atraso, pelo descumprimento dos prazos de entrega dos objetos previstos neste Edital, limitada a 6% (seis por cento);

**9.2.2** De 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do contrato.

**9.3** - A inexecução parcial ou total do contrato, também importará à **CONTRATADA** a suspensão do direito de licitar com a **CONTRATANTE** por um período de 02 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva, bem como a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

**9.4** – Será propiciada defesa à **CONTRATADA** antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

**9.5** - O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**9.6** - As sanções poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:

**I** – por ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

**II** - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**III** - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**IV** - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados.

**9.7** - Na aplicação das penalidades, a **CONTRATANTE** considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da contratada, podendo deixar de aplicá-las, em parecer motivado, se admitidas as suas justificativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**10.1** - Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 170 a 174 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: RESCISÃO CONTRATUAL**

**11.1** - A **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista ao **CONTRATADO** qualquer direito a indenização, conforme disposto no Edital, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL e na Lei nº 13.303/16, com as consequências neles previstas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: LEIS E REGULAMENTOS**

**12.1** - A **CONTRATADA** será responsável e indenizará a **CONTRANTE** e seus agentes representantes contra quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto suas como de seus profissionais.

**12.2** - A **CONTRATADA** será debitada de todas as despesas, honorários e depósitos que possam ser requeridos em cumprimento a lei, relativos à prestação dos SERVIÇOS para cumprimento deste CONTRATO.

**12.3** - Aplicam-se a este contrato as disposições: do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL; Lei nº 13.303/16; Lei nº 8.078/90; Lei nº 8.137/90; Lei nº 8.429/92; Lei Complementar nº 123/06; outras legislações quando couber.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: NOVAÇÃO**

**13.1** - A não utilização por parte da **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos a ela assegurados neste CONTRATO ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

**13.2** - Todos os recursos postos à disposição da **CONTRATANTE** neste Contrato serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.



#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

**15.1** – As partes **CONTRATANTES** dão ao presente contrato o valor global estimado de **R\$...... (....)**, para todos os legais e jurídicos efeitos.

**15.2** Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE**, em reais, com recursos vinculados ao orçamento anual, vinculados às seguintes classificações contábeis:

PROJETO
3540.08.013

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

**15.1** - A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** comprometem-se a cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável ("Dados Pessoais") vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD"), Lei nº12.965, de 23 de abril de 2014 ("Marco Civil da Internet"), Lei nº8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), Lei Complementar nº 166, de 08 de abril de 2019 ("Lei do Cadastro Positivo") e Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011 ("Lei de Acesso à Informação"), conforme aplicável;

**15.1.1** - Além destas obrigações, a **CONTRATADA** também deverá:

**I** - Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais pela **COCEL**;

**II** - Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a COCEL em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais;

**III** - Garantir que qualquer atividade realizada que utilize Dados Pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração ("Tratamento") resultante do objeto do presente Contrato, bem como o uso e marketing de tais dados, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com a Política LGPD, visando conformidade com a legislação brasileira e internacional de proteção de dados pessoais;

**IV** - Não realizar qualquer Tratamento de Dados Pessoais, resultantes da execução do Contrato, sem enquadramento em uma das bases legais estipuladas no art. 7º da LGPD;

**V** - Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais;

**VI** - Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente Contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;

#### LICITAÇÃO n.º 018/2024

Companhia Campoparguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00







**VII** - Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais;

**VIII** - A **CONTRATADA** não poderá subcontratar nenhuma das suas atividades de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do presente Contrato, sem o prévio e expresso consentimento da **COCEL**. Havendo subcontratação, a **CONTRATADA** deverá celebrar contrato por escrito com a subcontratada contendo as mesmas obrigações no que se refere à Proteção de Dados Pessoais dispostas no presente Contrato. Em caso de descumprimento pela subcontratada das obrigações em matéria de Proteção de Dados Pessoais que lhe incumbem nos termos do referido contrato por escrito, a **CONTRATADA** continua a ser plenamente responsável perante a **CONTRATANTE** pelo cumprimento destas obrigações;

**IX** - Comunicar a **COCEL** imediatamente e em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas em caso de incidentes e/ou vazamentos envolvendo dados resultantes do tratamento de Dados Pessoais obtidos para a execução do presente Contrato.

**15.2** - A **COCEL** e a **CONTRATADA** desde já pactuam que o descumprimento por uma das Partes, de qualquer Legislação de Proteção de Dados Pessoais, das políticas da **COCEL** ou das provisões contidas nesta cláusula gerará obrigação da Parte culpada em indenizar, defender e manter isento(a)(s) a(s) outra(s) Parte(s) e suas entidades afiliadas, conselheiros, diretores, executivos e empregados de todas as responsabilidades, perdas, os danos, prejuízos, custos, despesas, ações, processos, demandas, multas e penalidades decorrentes do descumprimento, por uma das Partes, de suas obrigações, declarações e garantias previstas nesta Cláusula, sendo que nenhuma limitação de responsabilidade eventualmente acordada neste Contrato será aplicada para as indenizações por descumprimento das obrigações desta Cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA ÉTICA E INTEGRIDADE**

**16.1** - A **CONTRATADA** deverá observar, durante a vigência do presente contrato, o disposto na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

**16.2** - A **CONTRATADA** deverá conhecer os princípios éticos e compromissos definidos no Código de Conduta da **COCEL** - disponível em seu sítio eletrônico (<http://transparencia.cocel.com.br/codigo-de-conduta-etica/>). Dessa forma, não caberá à **CONTRATADA** quaisquer reclamações posteriores quanto às sanções aplicadas em virtude de descumprimento do referido Código e disposições legais contidas na Lei 12.846/2013.

**16.3** - A **CONTRATADA**, sem excluir o dever da **COCEL**, está obrigada a fiscalizar o cumprimento da presente Cláusula, instruindo e dando ciência a todos aqueles que atuem em seu nome, para a execução do presente Contrato, visando à prevenção, detecção e combate de atos lesivos.





**16.4** - A CONTRATADA se compromete a denunciar, imediatamente, a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio do Canal de Denúncias da **COCEL**, por telefone ou pelo e-mail:

a) 0800 726 2212

b) ouvidoria@cocel.com.br

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: GESTOR DO CONTRATO**

**17.1** - Para efeitos deste Contrato, a **CONTRATANTE** designa como gestor o Gerente da Divisão informática, **Sr. Augusto Pianaro Neto**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: FORO**

**18.1** - Para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campo Largo – PR, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente CONTRATO na data abaixo indicada, em 02 (duas) vias, e rubricam os demais documentos de Contrato, os quais foram lidos, achados conforme e aceitos, na presença das testemunhas que também o assinam.

Campo Largo, ..... de ..... de 2024.

#### **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL**

**José Arlindo Lemos Chemin – Diretor Presidente**

#### **CONTRATADA**

#### **TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:

\_\_\_\_\_  
Nome:

#### **GESTOR DO CONTRATO:**

\_\_\_\_\_  
**Augusto Pianaro Neto**

#### **LICITAÇÃO n.º 018/2024**

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL Fone/Fax (0xx41) 3032-9200  
R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140  
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

